

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA
INTERNACIONAL

RAISA BARBOSA DIAS

**A ASCENSÃO DO CAPITALISMO EUROPEU E SEUS EFEITOS NO FIM DO
IMPÉRIO OTOMANO: CONFLITO NOS BÁLCÃS NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

RIO DE JANEIRO

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
RAISA BARBOSA DIAS

**A ASCENSÃO DO CAPITALISMO EUROPEU E SEUS EFEITOS NO FIM DO
IMPÉRIO OTOMANO: CONFLITO NOS BÁLCÃS NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo

RIO DE JANEIRO

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

D541 Dias, Raisal Barbosa

A ascensão do Capitalismo Europeu e seus efeitos no fim do Império Otomano: conflito nos Bálcãs no início do século XX / Raisal Barbosa Dias. – 2018.

75 p. ; 31 cm.

Orientador: Eduardo Alberto Crespo

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018.

Bibliografia: f. 71-75.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Império Otomano. 3. Bálcãs. I. Crespo, Eduardo Alberto, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 338.9

RAISA BARBOSA DIAS

**A ASCENSÃO DO CAPITALISMO EUROPEU E SEUS EFEITOS NO FIM DO
IMPÉRIO OTOMANO: CONFLITO NOS BÁLCÃS NO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo

Aprovada em: _____

Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo (Orientador)

Prof. Dr. Numa Mazat (UFRJ)

Prof. Dr. Pedro Rocha Fleury Curado (UFRJ)

Prof. Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos (UFRJ)

Prof. Dr. Luiz Felipe Brandão Osório (UFRJ)

RIO DE JANEIRO

ABRIL/2018

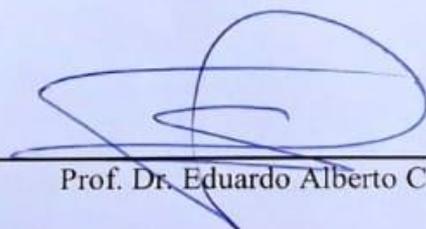
RAISA BARBOSA DIAS

**A ASCENSÃO DO CAPITALISMO EUROPEU E SEUS EFEITOS NO FIM DO
IMPÉRIO OTOMANO: CONFLITO NOS BÁLCÃS NO INÍCIO DO SÉCULO
XX**

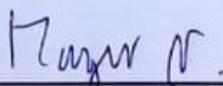
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo

Aprovada em: 04/04/2018



Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo (Orientador)



Prof. Dr. Numa Mazat (UFRJ)



Prof. Dr. Pedro Rocha Fleury Curado (UFRJ)

Aos meus pais, Lucilélia e Astolfo (*in memoriam*), por todo apoio e dedicação.

AGRADECIMENTOS

Por esta etapa concluída agradeço à minha família, presente principalmente na figura da minha mãe, por sempre me apoiar e acreditar junto comigo

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional por esta oportunidade e por todo aprendizado durante o curso de mestrado.

Agradeço, de forma especial, ao meu orientador, o Professor Doutor Eduardo Crespo, por ter aceitado me orientar e por todas as dicas e explicações ao longo do mestrado.

Agradeço também aos professores Numa Mazat e Pedro Rocha Fleury Curado por terem aceitado participar da minha banca de defesa.

Agradeço à todos os amigos que fiz pelos corredores do Instituto de Economia da UFRJ, a convivência diária foi de muito aprendizado, parceria e apoio. Desejo sucesso para todos nós.

Aos meus antigos amigos, que me acompanham desde sempre e me apoiam em tudo. Muito obrigada por todas as palavras de consolo, por cada torcida, cada sorriso e todas as noites de conversa e discussão política.

Agradeço imensamente à UFRJ, por receber seus alunos tão bem e ter se tornado um refúgio e lugar, por vezes, acolhedor e inspirador. Não poderia deixar de agradecer à todos os funcionários que sempre estiveram dispostos a me auxiliar em todas as problemas.

DIAS, Raisa Barbosa. A ascensão do capitalismo europeu e seus efeitos no fim do Império Otomano: conflitos nos Bálcãs no início do século XX. Dissertação de mestrado em Economia Política Internacional. UFRJ, 2018

RESUMO

O início do século XIX e XX marca uma mudança no cenário internacional a partir do estabelecimento do capitalismo no globo e da inserção de novos atores no sistema internacional. Tendo em vista o desmantelamento da Império Otomano, e sua possível causa a partir da ascensão do capitalismo europeu, é apresentada uma nova configuração na região do globo e, principalmente, nos Balcãs. Assim como novos conflitos decorrentes de problemas econômicos e estruturais. A região dos Bálcãs foi, ao longo do século XX, alvo de conflitos e interesses de potências externas. Isso se deve principalmente, ao seu posicionamento estratégico e geopolítico no tabuleiro de poder do sistema interestatal capitalista e a conflitos internos entre elites. A principal questão analisada é sobre como a região se mostrou essencial no jogo geopolítico europeu até a explosão do conflito da I Guerra Mundial. Pretendemos analisar neste trabalho o choque e influência da modernização europeia dentro da dinâmica da economia otomana e como isso influenciou nas primeiras regiões a se ‘desligarem’ do Império, através da análise política dos interesses na região com o cruzamento de dados sobre níveis de exportação e outros fatores externos no esfacelamento da economia otomana. Com a ascensão de grupos nacionalistas se torna claro o esfacelamento do Império e a perda de controle de províncias além da eminente necessidade de uma reforma na estrutura produtiva interna diante do poder bélico. Com o retraimento das fronteiras e grandes diferenças produtivas entre as províncias, iniciam-se conflitos que tem seu auge nas guerras balcânicas entre 1912 e 1913. Marco final a ser utilizado neste trabalho e considerado marco na formação de novos Estados balcânicos.

Palavras-chave: Império Otomano, Bálcãs, Desenvolvimento Econômico, Capitalismo Europeu

DIAS, Raisa Barbosa. The ascension of European Capitalism and its effects at the end of Ottoman Empire: conflict in the Balkans at the beginning of the twentieth century. Master's Degree Dissertation in International Economy Politics. UFRJ, 2018

ABSTRACT

The beginning of the nineteenth and twentieth centuries marks a change in the international scene from the establishment of capitalism on the globe and the insertion of new actors in the international system. With a view to the dismantling of the Ottoman Empire, and its possible cause from the rise of European capitalism, a new configuration is presented in the region of the globe and especially in the Balkans. As well as new conflicts arising from economic and structural problems. The Balkan region was, during the 20th century, the target of conflicts and interests of external powers. This is mainly due to its strategic and geopolitical positioning on the power board of the capitalist interstate system and to internal conflicts between elites. The main issue analyzed is how the region proved to be essential in the European geopolitical game until the outbreak of World War I conflict. We intend to analyze in this work the shock and influence of European modernization within the dynamics of the Ottoman economy and how this influenced in the first regions to 'detach' from the Empire, through the political analysis of the interests in the region with the crossing of data on levels of export and external factors in the overthrow of the Ottoman economy. With the rise of nationalist groups, it becomes clear that the empire collapses and lost control of provinces, besides the eminent necessity of a reform in the internal productive structure before the military power. With the retraction of borders and large productive differences between the provinces, conflicts began to flourish in the Balkan wars between 1912 and 1913. A final framework to be used in this work and considered a milestone in the formation of new Balkan states.

Key words: Ottoman Empire, Balkans, Serbia, European Capitalism, International Political Economy

LISTA DE MAPAS

Fronteiras e Expansão do Império Otomano	21
Expansão Sérvia (1817-1913)	63
Império Otomano após o Tratado de Berlim	66

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Capítulo 1 – O Império Otomano	15
1.1. Uma introdução à formação histórica e territorial	17
1.2. Evolução econômica e estatal	23
1.3. As elites militares e políticas	30
Capítulo 2 – A economia otomana frente o mundo	38
2.1. A Economia Otomana frente à Europa e a formação de capital.	39
2.2. Caso otomano em perspectiva comparada	45
Capítulo 3 - O conflito nos Bálcãs	52
3.1. Razões econômicas para o conflito e diferenças entre regiões centrais e periféricas	53
3.2. Sérvia (estudo de caso)	60
3.3. As potências europeias e a Questão Oriental	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
BIBLIOGRAFIA	71

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como principal objetivo analisar a economia e dinâmica interna de produção do Império Otomano com foco no século XIX e início do século XX, mais precisamente até 1913. Esperamos que este trabalho possa contribuir na compreensão e dos conflitos ocorridos na região dos Bálcãs a partir de uma perspectiva econômica e estratégica levando em conta os interesses de potências externas na região e seu poder de inserção dentro das estruturas internas otomanas.

Em sua história, o Império Otomano passou, por mais de uma vez, por ataques externos e tentativas de desestabilização. Seja por interesses econômicos, seja na capacidade de gerar rotas mercantis, pela facilidade de acesso à outros continente. Por mais de 300 anos este império se mostrou capaz de produzir grandes contribuições para a humanidade e apresentar níveis de desenvolvimento e produção de tecnologias satisfatórios, principalmente quando comparados com níveis europeus de antes da ascensão do capitalismo naquele continente

A partir desta introdução sobre a extensão e funcionamento do período Otomano, pode-se iniciar uma melhor análise sobre as relações da economia otomana e o capitalismo europeu e as consequências desta interação na esfera da produção e possível influência nos conflitos ocorridos no início do século XX, a partir da inserção da experiência otomana em uma estrutura comparativa dentro da periferia da economia mundial do século XIX.

Ao mesmo tempo que questionamos o modo como os padrões de desenvolvimento econômico, político cultural, social e a história de cada país têm sido analisados pela historiografia, principalmente no que se refere aos fatores que as teriam conduzido a uma posição de atraso, de privação relativa, de subordinação ou de dependência relativa à Europa.

Deste modo, a modernização europeia e o papel do capitalismo nesse processo podem ser considerados uma consequência relacionada à lucros obtidos com expansões marítimas e

suas conseqüentes colônias na América e não apenas propiciados por fatores institucionais ou culturais europeus.

Neste nível de análise a dinâmica interna da economia otomana por si só se mostra insuficiente para explicar esta transformação de sua estrutura no século XIX. É necessária uma análise levando em conta tanto os fatores internos (classes sociais, estrutura estatal) como fatores externo (expansão territorial europeia, lógica de acumulação do capital em larga escala e comércio de longa distância de *commodities*).

Em uma análise a longo prazo torna-se palpável as tendências e flutuações de longa duração no comércio exterior, variantes externas de comércio e aumento de fundos de investimento estrangeiro, tendo como uma das principais marcas da influência do capitalismo europeu na economia interna um movimento de capital estrangeiro centro-periferia utilizado com foco no investimento em infraestrutura como, por exemplo, estradas de ferro para expandir o comércio. Por outro lado, o investimento em atividades produtivas diretas, tais como agricultura e indústria permaneceram limitadas até a I Guerra Mundial com um novo foco de caráter exportador para a agricultura e um declínio das manufaturas baseadas nos tecidos à base de algodão.

Dividimos a presente dissertação em 3 capítulos, de forma a melhor organizar a estrutura e facilitar a compreensão.

No primeiro capítulo optamos por fazer um apanhado histórico da região a partir das primeiras tribos que, mais tarde, iriam formar o povo otomano. Isto se torna necessário para que se evite a reprodução de ideias comuns sobre a região e que favoreça a riqueza da formação a partir dos primeiros conflitos e incorporação de outras tribos para o início da elaboração do que, mais tarde se formaria em um Estado com certa rigidez burocrática.

No capítulo 2, optamos por analisar a relação econômica do Império com o mundo exterior, mais a fundo com o continente europeu e suas principais trocas comerciais, complementaridade econômica e a influência da entrada de capital estrangeiro em um Império que ainda não apresentava um processo de financeirização. Também analisamos a entrada de capital estrangeiro a partir de investimento externo direto em infraestrutura e como isso pode influenciar na organização produtiva.

No capítulo 3, fazemos uma análise da relação política que o Império Otomano possui com as principais potências (Inglaterra, Rússia, França, Império Austro-Húngaro) e o

interesse dessas potências na localização estratégica do Império, além da tentativa de desmembramento por meio das discussões sobre a Questão Oriental e como ela se relaciona com os conflitos ocorridos nos Bálcãs no início do século XX, contribuindo mais ainda para o fim do Império e distribuição do seu território.

Neste trabalho também tentamos focar nas causas e características econômicas dos fenômenos ocorridos durante o século XX, tentando achar uma explicação para os conflitos nos Bálcãs a partir de interesses externos, ao invés das justificativas religiosas e étnicas.

CAPÍTULO 1

1. O IMPÉRIO OTOMANO

A tentativa, que se mostra neste capítulo, de uma breve exposição da formação do Império Otomano, por vezes se mostra árdua e cheia de nuances. A formação de tão vasto Império, que possui raízes na tradição política cultural bizantina, turca, islâmica e renascentista perpassa por uma história social, econômica e laboral muito ampla, visto a capacidade de influência e grande período de protagonismo em regiões de três diferentes continentes (europeu, africano e asiático).

Pretendemos, neste início do trabalho, tentar ver os otomanos como um Estado e uma sociedade com vizinhos e ligações tanto com o ocidente como com o oriente, cuja elite mantinha relações mais ou menos extensas com ambos os lados. Durante o século XVI os otomanos mantiveram uma forte presença no Oceano Índico e o Golfo Pérsico possuindo relações com os imperadores da Índia e tendo Basra como um porto otomano de grande importância. Do final do século XVII em diante, os habitantes em melhor situação de Istambul e Cairo tornaram-se ávidos consumidores de tecidos indianos, e a importação de especiarias, drogas e algodões formavam um esteio da atividade comercial do Cairo. Mais ao sul, havia a província otomana de Habeş (Etiópia) na costa da África.

Consideramos que um estudo das maneiras otomanas de se relacionar com o mundo exterior deve levar também em conta essas ligações com o leste e com o sul. No entanto, quando procuramos as fontes primárias e secundárias de relevantes estudos, logo se torna aparente que o "leste" e o "sul" são menos documentados do que o "oeste". Em grande parte isso deve-se com as prioridades da própria elite otomana; afinal, os Bálcãs eram uma fonte de alimentos para a capital, exército e marinha, e muitos migrantes dessa região viviam em Istambul. Mesmo que circassianos e georgianos fossem recrutados para a elite do governo, numericamente falando, simplesmente não havia imigração árabe ou caucasiana na capital otomana para rivalizar com o influxo de albaneses, gregos ou macedônios. Visto de uma perspectiva diferente, durante décadas as guerras contra os Habsburgos e mais tarde, o Império Russo se destacaram nos processos de tomada de decisão das autoridades centrais otomanas, e este fato também fez com que a elite otomano tenha focado sua atenção em regiões como a Moldávia, Valáquia ou Transilvânia, em vez de Bagdá ou Basra.

Por último, mas não menos importante, o numerosos membros da elite que eram de origem balcânica contribuíram para promover a tendência dos estudiosos sobre o

Império Otomano de escrever sobre esta região, em vez de sobre territórios orientais e suas proximidades mostrando, mais uma vez, a importância da região dos Bálcãs para o Império.

1.1.Uma introdução à formação histórica e territorial

O Império Otomano foi um dos mais vastos, portentosos e duradouros da História. Incluía a maior parte dos territórios do Império Romano Oriental e controlava faixas do Norte dos Bálcãs e da costa norte do mar Negro, regiões que Bizâncio jamais dominara. Essas possessões também não foram efêmeras – o Império foi fundado antes de 1300, tendo resistido para além do término da I Guerra Mundial.

A era que vai de 1300 até o final do século XVII viu uma notável expansão do domínio otomano de um pequeno e pouco visível Estado para um império com vastos territórios. Esses domínios se estendiam da Península Árabe e as cataratas do Nilo no sul, para Basra, perto do Golfo Pérsico, e do planalto iraniano no leste, ao longo do norte da Costa Africana quase chegando a Gibraltar no oeste¹. O período começa com o que seria um pequeno ponto otomano no mapa e termina com um império mundial e seus domínios que vão até o Mar Negro, Egeu, Mediterrâneo, Cáspio e Mar Vermelho.

Outras fortes influências, além das bizantinas, moldaram o modelo de governo otomana. Tal como veremos, o Império Otomano nasceu da anárquica movimentação de nômades turcos em direção ao Médio Oriente e, após o ano 1000, fluxos populacionais desencadeados por causas incertas nas suas regiões natais da Ásia Central. O Império Otomano foi o último grande Estado turco-islâmico depois dos Estados seljúcida² cuja origem se deveu à migração de povos turcos da Ásia Central rumo ao Ocidente, ao Médio Oriente e aos Bálcãs.

Este primeiro período da história otomana apresenta a questão sobre como um pequeno principado na fronteira, tornou-se um império de tal poder e extensão. Os

¹ QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*. p. 13

² Tribo nômade de origem turca que se fixa na região da Anatólia, funda o Sultanato de Rum e governa a região entre 1037 e 1094.

principais historiadores mantêm que as origens do Império Otomano devem ser buscadas no desenvolvimento político, cultural e demográfico da Anatólia do século XIII e XIV.

As invasões mongóis sob os muçulmanos residentes à leste da região na década de 1220 marcam a primeira etapa destes desenvolvimentos. Após a vitória mongol na Batalha de Kösedag em 1243, o sultanato de Seljuk, na Anatólia, tornou-se um estado vassalo do Irã. Apresenta-se como resultado imediato das invasões mongóis, a migração para o oeste das poderosas tribos turcas nômades denominadas turcomanos. Estes chegaram primeiro pela Ásia Central até o Irã e a Anatólia Oriental e agora, mais uma vez, eles se moviam para o oeste, concentrando-se na fronteira entre Bizâncio e o sultanato de Seljuk, nas regiões montanhosas da Anatólia ocidental.

A presença mongol na região se fortalece principalmente a partir de 1277, com a manutenção de forças na Anatólia e aumento do seu controle sobre o país. Mesmo assim, são realizadas diversas tentativas de levantes e a região fronteira torna-se um lugar de refúgio para tropas e figuras políticas que fogem do governo mongol e, ao mesmo tempo, um lugar onde muitos aldeões emigram para uma nova vida. Como resultado, a população dos distritos fronteiriços aumentaram. Buscando uma oportunidade para a tomada das ricas planícies no lado bizantino da fronteira, os inumeráveis nômades incitam uma guerra santa contra Bizâncio com incursões no território bizantino se tornando mais e mais frequente.

Entre 1260 e 1320, os turcomanos iniciam a fundação de principados independentes no oeste da Anatólia, nas terras que haviam conquistado de Bizâncio. Nesta época, já se inicia certa preocupação com assuntos relativos aos Bálcãs principalmente no que tange uma possível negligência com as fronteiras asiáticas, e assim abrindo caminho para as incursões de turcomanos.(QUATAERT, Donald. The Ottoman Empire, p. 67, 2005)

Em suma, os otomanos surgiram no contexto de invasões nômades turcas que destruíram a dominação central do estado bizantino na Ásia Menor e iniciaram a criação de principados turcomanos e uma invasão mongol do Oriente Médio que trouxe o caos e aumentou a pressão populacional nas fronteiras³, em conjunto com políticas otomanas de pragmatismo e flexibilidade que atraíram uma série de apoiadores, independentemente da religião e posição social e que foi responsável por colocar os otomanos na área geográfica que controlava o acesso dos nômades aos Bálcãs, reunindo apoiantes adicionais. Construindo, assim, um grande Império que esteve em ascensão até o final do século XVII.

³ QUATAERT, Donald. The Ottoman Empire, 1700-1922. p. 13

Desde os seus primórdios na Anatólia Ocidental, e no decorrer dos séculos que se seguiram, o Estado otomano expandiu-se de forma continuada através de um quase infundável ciclo de guerras vitoriosas⁴ que alargaram os seus vastos territórios até à interseção dos continentes europeu, asiático e africano.

Como pode ser resumido no seguinte trecho:

Existiram dezenas de outros principados turcomanos; todos faziam parte de um processo mais abrangente através do qual os nômades turcomanos das montanhas anatólias exerceram pressão, acabando por conquistar os vales e as planícies do litoral. Isolada no meio deles, a dinastia otomana triunfou, enquanto que os outros em breve sucumbiram.⁵

E continua:

Desde o início, a sua expansão foi multi-direcional - o seu fito não eram apenas os chefes e os territórios balcânicos e bizantinos a oeste e noroeste, mas também (e sempre) a oposição aos sistemas políticos turcomanos, a leste e a sul. O que parece ser, portanto, fundamental a respeito dos Otomanos não era a sua natureza religiosa, ou *gazi*⁶, embora esta ocasionalmente os tivesse motivado. Em vez disso, o que se afigura mais notável no empreendimento otomano foi o seu carácter de Estado em processo de formação, de concretização e de fazer o necessário para atrair e manter apoiantes. Colocando a questão em termos mais explícitos, esse empreendimento não equivaleu a um Estado religioso na sua substância, mas antes a um Estado pragmático. A esse respeito, não diferia de outros seus contemporâneos, como fossem a Inglaterra ou a China.⁷

Na sequência de uma série de triunfos importantes, os Otomanos conquistaram Belgrado em 1521. A batalha de Mohács, em 1526, fez ruir o Estado húngaro, ao que seguiu mais tarde a sua anexação parcial em 1544. Em 1529, ocorre a chegada do exército à Viena que estava sob domínio Habsburgo; todavia, nem estes nem os seus sucessores de 1683 conseguiram transpô-las de forma eficaz. Nessa época, o Estado de Istambul dominava as vantajosas rotas comerciais que ligavam o mar Egeu e o Mediterrâneo à Europa Central e Oriental. Assim, Veneza e Gênova sofreram um duro golpe, perdendo a riqueza e o poderio que tanto elas como as colônias dessas regiões lhes haviam proporcionado.

Aqui, lutavam pela reposição do equilíbrio global da riqueza e do poder que as expedições marítimas portuguesas à África haviam destruído graças à inauguração das

⁴ QUATAERT, DONALD. *The Ottoman Empire, 1700-1922*, p.44

⁵ *Idem*, p.21

⁶ Título militar Otomano associado aos guerreiros que defendiam a fé islâmica.

⁷ *Ibidem*, p.21

rotas marítimas entre a Índia e o Sul e Sudeste asiáticos. Estas novas vias ameaçavam arruinar o tráfego mercantil controlado pelos regimes do Médio Oriente, e que dele lucravam havia séculos. Para aliviar o cada vez mais forte estrangulamento desse comércio causado pela primazia portuguesa (e, posteriormente, holandesa e inglesa) e travar o seu crescente domínio dessas rotas marítimas, os Otomanos levaram a cabo uma série de ofensivas nos mares orientais.⁸

Na costa indiana, por exemplo, ajudaram os governantes locais a enfrentar os portugueses e enviaram reforços navais para as Molucas (nas proximidades da atual Singapura), que tentavam conter a crescente supremacia marítima europeia. De igual modo, as forças do sultão Solimão acorreram às frentes balcânicas a fim de impor a dominação otomana sobre as rotas mercantis, as minas abundantes e outros recursos econômicos.

Após a morte de Solimão, as glórias otomanas prosseguiram, embora com menor frequência do que antes. A grande e fértil ilha de Chipre foi capturada em 1571, contribuindo para que os Otomanos passassem a controlar as rotas marítimas do Mediterrâneo Oriental. A vitória naval dos europeus em Lepanto (1571) e a total destruição da armada otomana, uma das maiores do Mediterrâneo nessa altura, revelaram-se efêmeras⁹. No ano seguinte, ao invés do surgimento de uma desorganização, uma nova frota restabeleceu a preponderância otomana naquela parte do Mediterrâneo. No continente, tomaram o Azerbaijão entre 1578 e 1590 e recuperaram Bagdá em 1638. Creta, a maior ilha do Mediterrâneo Oriental, seguida de Chipre, foi integrada no Império em 1669, seguida da Podólia, em 1676¹⁰. Esta sucessão de vitórias demonstra um Estado otomano no seu processo expansionista. Nem todas as batalhas obtiveram êxito; porém, o saldo global foi extremamente positivo, dilatando as fronteiras e aumentando as novas riquezas, os impostos e a população.

Em meados do século XVII, os Otomanos possuíam guarnições nas estepes russas, na planície húngara, nos desertos do Saara e da Síria e nas montanhas do Cáucaso. Dominavam quase por completo todo o mar Negro, o Egeu e as bacias orientais do Mediterrâneo, incluindo a maior parte das bacias dos rios Danúbio, Dniester, Dniepre, Bug, do Tigre-Eufrates e do Nilo. Deste modo, os recursos e as rotas mercantis que

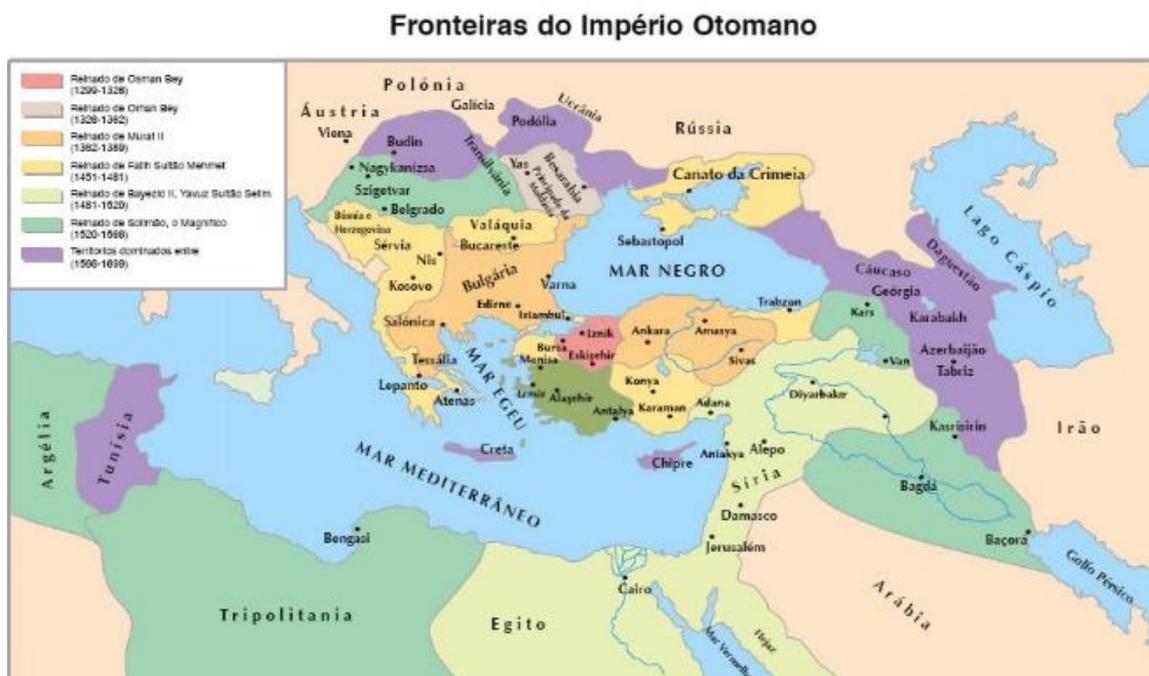
⁸ QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*, p. 24

⁹ *Idem*, p. 24

¹⁰ *Ibidem*, p. 25

havia sustentado Roma e Bizâncio, e posteriormente repartidos pelos Estados rivais de Veneza, de Gênova, da Sérvia e da Bulgária, entre outros, pertenciam agora a um único Império. Como pode ser observado no mapa a seguir com a alteração das fronteiras e o sucesso do processo de expansão deste Império:

MAPA 1 – Fronteiras e expansão do Império otomano¹¹



O seu sistema político exigia aos administradores e oficiais do Exército a proteção dos súditos no exercício da sua religião, fosse ela o Islamismo, o Judaísmo ou o Cristianismo, de qualquer vertente - sunita ou xiita, ortodoxa ou católica grega, armênia ou síria. Este requisito baseava-se no princípio islâmico da tolerância para com os “Povos do Livro”, isto é, os judeus e os cristãos. Eram os “povos” que haviam recebido a revelação de Deus, ainda que de forma incompleta e imperfeita; o Estado islâmico otomano tinha, portanto, a responsabilidade de os proteger na prática das suas crenças. É certo que os súditos judeus e cristãos foram ocasionalmente perseguidos e mortos pela

¹¹ Fronteiras e expansão do Império Otomano. Disponível em: <<http://www.brasilturquia.com.br/historia-da-turquia-ate-1923-242.html>> Acesso em: 03 de fevereiro de 2018.

sua fé. Contudo, essas foram violações do princípio basilar da tolerância - um elevado valor que o Estado esperava e exigia que fosse respeitado.

Esses princípios orientaram as relações intercomunais no Império Otomano ao longo de séculos; porém, nos anos finais reinou a desarmonia. No entanto, durante quase toda a sua história o império mostrou ao mundo um modelo político, que pode ser considerado eficaz, de um sistema político multi-religioso.

Em grande contraste com os êxitos militares e políticos da era 1300-1683, o século XVIII foi caracterizado por grandes retiradas territoriais. A estrutura política continuou a evoluir constantemente, assumindo novas formas em um processo que deve ser visto como transformação, mas não necessariamente o início do declínio. A autoridade central continuou em uma nova forma de negociação e com mudanças importantes que ocorreram também na economia otomana: a circulação de mercadorias começou a aumentar, níveis de consumo pessoal se elevaram e a economia mundial passou a desempenhar um papel cada vez maior na vida cotidiana da população otomana.

No cenário internacional, esta segunda era na história otomana é marcada por derrotas militares e contração territorial, com o estado otomano não sendo tão bem sucedido como antes. Para entender estas derrotas é necessária a análise de vários pontos. Durante o século XVI, à medida que a riqueza do Novo Mundo se espalhava pela Europa, as forças armadas e o equilíbrio afastou-se dos otomanos; eles perderam a vantagem em tecnologia militar e, posteriormente, lutaram com inimigos europeus usando táticas de guerra similares ou inferiores. Além disso, com a sofisticação das técnicas de defesa, o desequilíbrio militar entre guerra ofensiva e defensiva a favor do agressor, que existia anteriormente e que tinha trabalhado para vantagem dos otomanos, desapareceu¹². Além disso, economias ocidentais poderiam custear melhor os custos de montagem das novas tecnologias e combate defensivo em parte, por causa da vasta chegada de riqueza proveniente do Novo Mundo.

Em segundo lugar, durante o século XVIII ocorreu o surgimento de monarquias absolutas na Europa, cada vez mais centralizados. Até um certo ponto, os otomanos compartilharam essa evolução, mas outros Estados pelo mundo, não. O estado iraniano enfraqueceu após um breve ressurgimento no século anterior, colapsou e não conseguiu recuperar qualquer força coesa até o início do século XX. Ainda mais a leste, o Estado

¹² QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*, p. 38

Moghul¹³ e todo o resto do subcontinente indiano caiu sob dominação francesa ou britânica.

Em terceiro lugar, as derrotas otomanas e as perdas territoriais do século XVIII poderiam ter sido ainda maiores, se não fosse pelas rivalidades entre estados da Europa central, oriental e do leste¹⁴. Em inúmeras ocasiões, diplomatas europeus intervieram nas negociações pós-guerra com os otomanos para impedir que os rivais obtivessem muitas concessões, de forma a garantir para os otomanos derrotados a retenção de territórios que, de outra forma, teriam sido perdidos. Além disso, embora seja fácil pensar na era como um declínio sem precedentes já que ocorreram muitas derrotas e retiradas, a força das armas otomanas e as habilidades diplomáticas garantiram uma série de sucessos, especialmente na primeira metade do período.

1.2. Evolução da economia e do Estado Otomano

Ao longo de toda a sua história, o Império Otomano permaneceu, predominantemente, como uma economia agrária insuficiente, rica em terras, mas com pouco capital. A maior parte da população, cerca de 80-90%¹⁵, viveu e tirou o sustento da terra, quase sempre em propriedades familiares, ao invés de grandes propriedades. A agricultura gerou a maior parte da riqueza na economia, embora a ausência de dados estatísticos impeça medidas significativas até, aproximadamente, o século XX.

Um indicador da importância desse setor na economia geral é o nível de receitas derivadas da agricultura para o estado otomano. Em meados do século XIX, dois impostos na agricultura - o dízimo e o imposto sobre a terra - contribuíram sobre 40% de todos¹⁶ os impostos cobrados no império. A agricultura contribuiu, indiretamente, para o tesouro imperial de muitas outras maneiras - por exemplo, receitas aduaneiras sobre exportações que, nos séculos XVIII e XIX, eram principalmente *commodities* agrícolas. A maioria dos assuntos otomanos, portanto, eram agrícolas. A maioria destes trabalhadores, por sua vez, eram agricultores de subsistência, vivendo diretamente dos frutos de seus trabalhos.

¹³ Império que englobou territórios do sub-continente indiano, Paquistão, Bangladesh e Afeganistão.

¹⁴ FAROQHI, Surayia. *The Ottoman Empire and the world around it*, 2004. p. 35

¹⁵ QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*, p. 130

¹⁶ *Idem*, p.131

Eles cultivaram, em geral, pequenas terras, cultivando uma variedade de gêneros alimentícios para seu próprio consumo, principalmente cereais, frutas, azeitonas e vegetais. Muitas vezes havia a criação de alguns animais, para a produção de leite e lã.

A maioria das famílias agricultoras vivia com uma dieta modesta, produzindo alguns laticínios, comendo várias formas de pão ou mingau e alguns vegetais, mas quase nunca carne. Os animais eram utilizados para carga e transporte e a lã produzida era fiada, principalmente pelos membros femininos da família¹⁷ e se tornava pano para uso familiar. Em muitas áreas, na Europa otomana e na Ásia, os membros da família também trabalharam como vendedores ambulantes, vendendo produtos caseiros ou fornecidos por outros comerciantes. Algumas famílias rurais também produziram bens para venda em outras regiões: aldeões balcânicos viajavam para a Anatólia e Síria para venda de lã. No oeste da Anatólia, mulheres e homens fabricavam fios para tecelãs da cidade. E alguns homens migravam para trabalhos em Istambul ou outras áreas mais distantes. Em suma, as famílias de agricultores tiravam seus meios de subsistência de um conjunto complexo de diferentes atividades econômicas e não apenas de plantações.

Ao longo do período em estudo, o Império Otomano ainda foi capaz de funcionar sem importar os bens de consumo necessários para a maioria da população. Grãos e outros gêneros alimentícios, ferro, cobre ou tecido para uso diário eram todos fabricados em quantidades suficientes nos territórios do sultão¹⁸. Em termos de material de guerra, os otomanos também eram amplamente autônomos¹⁹. Ao mesmo tempo, o elite política e os habitantes mais abastados das principais cidades consumiam especiarias e corantes indianos bem como mercadorias de algodão fino em grande quantidade, para não falar do café iemenita, que a partir da década de 1630 possuiu maior presença no mercado interno. Todas essas importações indianas e iemenitas levaram a uma saída significativa de prata e ouro, mas os metais preciosos foram extraídos em território otomano apenas em quantidades muito moderadas²⁰.

Embora em meados do século XVI, a maior parte da Hungria estivesse nas mãos dos sultões, as minas que haviam fornecido matérias-primas para ourives durante o século XV permaneceram fora do controle otomano e, além disso, eram menos produtivas do

¹⁷ *Ibidem*, p. 131

¹⁸ FAROQHI, Surayia. *The Ottoman Empire and the world around it*, 2004. p. 151

¹⁹ *Idem*, p.152

²⁰ *Ibidem*, p. 173

que antes. Por essa razão, na perspectiva dos sultões e dos vizires, faria sentido manter relações comerciais com aqueles estados cujos comerciantes tinham - ainda que indireto - acesso à prata que tanto o rei da Espanha quanto os comerciantes privados obtinham provenientes do México e do Peru.

Essa necessidade de ouro e prata significava que a elite otomana chegou a promover as atividades de comerciantes venezianos, ingleses, franceses e holandeses. Esta necessidade pode explicar, em grande parte, por que era concedido aos estrangeiros uma medida significativa de tolerância, apesar de serem, sem dúvida, uma constante fonte de interrupção na complicada cadeia de comando da economia através da qual o aparelho do Estado otomano tentou garantir o aprovisionamento das elites dominantes, das forças de combate e, por último, mas não menos importante, os habitantes do capital.

Além disso, a elite otomana e outros cidadãos mais abastados, apreciavam e consumiam a lã de boa qualidade produzida na Inglaterra, em Veneza ou, mais tarde, na França. Havia também outro tipo de comércio de luxo, muitas vezes presente nas trocas diplomáticas de presentes tendo como principal item os tapetes otomanos, então apreciados pela nobreza e pelos ricos comerciantes da Polônia, Itália, Holanda e Inglaterra. Pelo lado otomano havia grande interesse em artigos de luxo como louças sedas e brocados por parte da corte, provenientes da Europa central e ocidental.²¹

Deste modo o seguinte trecho de Surayia Faroqui (2004) demonstra e resume uma das principais características da economia otomana:

“I would thus agree with Fernand Braudel’s characterization of the territory governed by the sultans as a ‘world economy’ in its own right. This means that these lands were not only a political unit but, in part due to the *pax ottomana*, formed an area in which inter-regional trade was facilitated by relative security on the caravan routes. In spite of internal customs barriers fezzes from Tunis were sold in Istanbul, while Egyptian grain fed the pilgrims and permanent residents of Mecca. Yet in respect of the Ottoman case, I do have some reservations concerning Braudel’s remark that trade across the borders of world economies is often not very profitable and therefore little practised. Certainly Braudel, whose analysis of the functioning of a world economy focuses largely on western Europe, implicitly and indirectly admits that this claim did not apply to Europeans of the early modern period. After all, by the 1730s the economic unit controlled by the commercial and banking metropolis of London made great profits from trading with China, at that time still a world economy in its own right. In fact, Braudel’s great study of capitalism and material life would scarcely have been written if trade between world

²¹ FAROQHI, Surayia. The Ottoman Empire and the world around it, 2004. p. 201

economies had been unprofitable for the merchants of Venice, Amsterdam and finally London²².

Assim, em um contexto mundial, não é fácil classificar o comércio do Império otomano com a Índia e outros países europeus ocorrido entre os séculos XVI e XVIII. É considerado que se uma macrorregião se mantém sozinha como "economia mundial", tudo que podemos encontrar em termos de comércio exterior é uma troca limitada, muitas vezes de bens de luxo.²³

Deste modo, se um nível muito baixo de integração econômica tivesse prevalecido entre os otomanos e a Índia, ou entre o primeiro e o economia europeia, deveria ter ocorrido um maior intercâmbio de especiarias, têxteis, metal e sem a presença de outros produtos mais elaborados²⁴. Mas através de todo o período estudado, esta não é a melhor descrição das ligações comerciais do mundo otomano com o ocidente e o oriente. No entanto, não é possível afirmar que, entre meados do século XVI e meados do século XVIII, o comércio com a Índia ou com os vários países da Europa Ocidental e Central envolveu a importação de produtos de primeira necessidade²⁵. Havia uma exceção: se os negócios indianos e iemenitas continuassem prósperos, Istambul e Cairo não poderiam viver sem importações regulares de metais, mostrando que foi o fluxo de ouro e prata que uniu essas diferentes economias.

No decorrer do século XVI, Istambul foi, sem dúvida, o centro mundial da economia otomana, e não apenas a capital administrativa por onde o Império governava. Todos os setores da vida econômica sob controle do governo estavam firmemente baseados nesta cidade, onde residia o tribunal e o corpo de elite do exército, mesmo que um número considerável de homens que lutaram as guerras do Império na Europa eram provenientes de províncias limítrofes como, por exemplo, a Bósnia. Como o arsenal de Istambul superou facilmente todas as outras províncias do Mediterrâneo e do Mar Negro, o poder do mar otomano também estava centrado aqui.²⁶

Além disso, a capital em si provavelmente foi uma das grandes aglomerações da Europa e do Oriente Médio. Istambul obteve um grande privilégio pelo fato que, para

²² FAROQUI, Surayia. *The Ottoman Empire and the world around it*, p. 15

²³ BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e capitalismo* APUD FAROQUI, Surayia, p. 156

²⁴ *Idem*, p. 31

²⁵ *Ibidem*, p.32

²⁶ *Ibidem*, p.33

readquirir o ouro e a prata pagos ao governo central todos os anos como impostos, os habitantes das províncias se viram obrigados a venderem suas produções têxteis, couros e artigos de cobre nos mercados da capital. Além disso, no final do período de crise, na década de 1770, Istambul ainda era um sólido pilar da economia otomana. Ao contrário da Europa ou da China, onde a capital foi alterada várias vezes, a economia otomana possuía um centro estável. Afinal, os principais fatores econômicos para a centralidade de Istambul, permaneceram de grande importância ainda na segunda metade do século XVIII. Soma-se à isto a questão militar pois mesmo que o exército agora consistisse em grande parte em mercenários contratados para campanhas e de guarnições responsáveis pelos centros de cada província, os principais postos militares continuaram a estar presentes na capital²⁷. O mesmo se aplicava aos arsenais de guerra, mesmo que os navios fabricados já não ganhassem grandes batalhas marítimas.

O tribunal da corte continuou com residência na capital. A população não se encolheu, e os estrangeiros continuaram a encontrar trabalho na capital, mesmo que este não apresentasse mais tantas oportunidades como ocorreu durante o século XVI. Mas a insistência com que os governantes russos visavam uma conquista de Istambul podem ser explicadas, pelo menos em parte, pela atração e oportunidades que a cidade oferecia, e que era conhecida mesmo além das fronteiras do Império.

Mas desde a conquista do Egito ocorrida em 1517, Istambul adquiriu uma importante base na cidade do Cairo. Enquanto outros centros urbanos menores, tinham como principal função usar sua condição geográfica para atender às necessidades da capital, o Cairo estava incluso em uma categoria diferente. A metrópole egípcia não parece ter sido uma forte candidata para liderar a economia mundial otomana, mas ela com certeza se mostrou um importante local para a monopolização das rotas de comércio com a Índia e o Iêmen.

Mas a vida em Istambul foi caracterizada por um maior nível de diversidade. Além de comerciantes muçulmanos provenientes da Índia, cuja presença pode ser deduzida, embora não seja formalmente documentada, havia a presença de estrangeiros católicos, protestantes e judeus. A prevenção de não-muçulmanos foi recomendada por especialistas

²⁷ FAROQHI, Surayia. *The Ottoman Empire: Conquest and Economy*, p. 152

religiosos do Império, enquanto que padres cristãos e rabinos judeus fizeram recomendações semelhantes para suas respectivas congregações.²⁸

No entanto, no mercado da capital otomana, representantes destas três principais religiões se reuniam: não só muitas guildas locais englobavam membros de diferentes religiões, como os comerciantes de origem cristã podiam residir e comercializar na cidade durante longos períodos de tempo. Como grande parte da renda disponível para assuntos governamentais se concentrava em Istambul, não é surpreendente que os comerciantes estrangeiros dos principais produtos importados, como lã e artigos de luxo tenham frequentado a cidade.

Porém, em relação à questão financeira, os grandes centros otomanos ainda não apresentavam infra-estrutura, deixando aspectos importantes da economia de um Estado sem uma organização e controle por parte do Estado, contribuindo para a entrada da economia otomana e sua incorporação à Europa sem apresentar nenhum controle por parte do governo otomano, como podemos ver no seguinte trecho:

Soma-se à isso que, no final de 1700, a falta de serviços e sistemas bancários controlados pelo Estado induziu os cobradores de impostos otomanos nas províncias a usarem as instalações fornecidas por comerciantes estrangeiros, a fim de encaminhar dinheiro para os escritórios financeiros centrais em Istambul. Como resultado dessas transações, no final do século XVIII, Istambul tornou-se parte de uma rede bancária centrada na França e, portanto, transformou-se em um dos nós comerciais ligados à economia mundial europeia de uma maneira que vai muito além das conexões comerciais tão típicas de outras cidades otomanas. Istambul, em conjunto com outras metrópoles como Aleppo e Izmir, assim transformaram-se em grandes portas de entrada através das quais, nas últimas décadas do século XVIII e início do século XIX, a economia otomana foi definitivamente anexada aos crescentes centros capitalistas em Londres e Paris.²⁹

Como será possível notar, embora a economia permaneça basicamente agrária, a própria agricultura mudou drasticamente, tornando-se mais diversificada e mais orientada para a produção para comércio. Além disso, a manufatura otomana apresentou enfrentamento primeiro com a Ásia e depois com concorrentes europeus, mas obteve níveis surpreendentes de produção. Se essas transformações não levaram a aproximar-se

²⁸ FAROQHI, Surayia. *The Ottoman Empire and the world around it*, 2004. p. 17

²⁹ *Idem*, p.17

de uma revolução industrial, elas continuaram a melhorar os níveis de vida até o fim do império³⁰.

Outro grande conjunto de mudanças diz respeito à crescente comercialização da agricultura - a produção de bens para venda para outros. Ao longo do tempo, mais e mais pessoas cresceram ou criaram montantes crescentes para venda à consumidores domésticos e internacionais, uma tendência que começou no século XVIII e obteve grande crescimento a partir de então. Pelo menos três grandes fatores aumentaram a produção agrícola voltada ao mercado. O primeiro fator é a demanda crescente, tanto internacional como doméstica³¹. No exterior, principalmente depois de 1840, ocorreu uma melhora substantiva no nível de poder de compra e de vida de muitos europeus, permitindo-lhes uma maior chance de escolha e compra de bens de qualidade. O aumento dos mercados domésticos dentro do império também foi importante graças ao aumento da urbanização, bem como ao aumento do consumo pessoal.

Os recém-inaugurados bairros ferroviários trouxeram um fluxo de trigo e outros cereais produzidos internamente para Istambul, Salônica, Esmirna e Beirute, as estradas de ferro também atraíram um grande chance de cultivo de frutas e vegetais que agora poderiam ser enviados para os mercados em expansão e recém acessíveis dessas cidades. Além disso, com o aumento dos rendimentos de caixa, o consumo de bens por parte dos trabalhadores agrícolas nos distritos ferroviários aumentou.³²

O historiador Halil Inalcik em sua obra *Ottoman Empire: Conquest, Organization and Economy* realiza um excelente exposição sobre como a economia otomana era organizada e à base de quais princípios ocorria se funcionamento, mostrando em que aspectos ela poderia se diferenciar da crescente economia capitalista europeia servindo de uma diferente forma organizacional que está ligada à filosofia e modo de vida estabelecido na região, como podemos notar no seguinte trecho:

“The ottoman economic mind was closely related to the basic concept of state and society in the Middle East. It professed that the ultimate goal of state and society was consolidation and extension of the ruler's power and the only way to reach it was to get rich sources of revenues. This in turn depended on the

³⁰ QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*, p. 111

³¹ QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*, p.131

³² *Idem*, p. 131

conditions making the productive classes prosperous. So the essential function of the state was to keep in force these conditions.

The society is, in this philosophy of state, divided into the ruling class who are not engaged in production and pay taxes. The latter is subdivided into city dwellers engaged in commerce and industry and peasants engaged in agriculture. In the middle eastern state the belief prevailed that the peace and prosperity of the state depended on keeping the members of each class in the own place. It was such a concept of state and society that was prevalent in the minds of the Kuttab, actual administrators in a middle eastern state formulating all the measures to be taken. It called for an economy and economic organization the ultimate aim of which was to increase the state revenues as much as possible without impairing the prosperity of the subjects and to keep the traditional organization of the society from alteration.”³³

Desta forma, o sultanato otomano ao desenvolver centros e rotas comerciais, incentivando as pessoas a ampliar a área de terras cultivadas no país e o comércio internacional através de seus domínios, o Estado desempenhou funções econômicas básicas no império. Mas, em tudo isso, os interesses financeiros e políticos do estado sempre prevaleceram e o administrador otomano nunca poderia ter percebido dentro do sistema político e social em que ele vivia os princípios de uma economia capitalista da era moderna, enquanto a Europa, equipada com o conhecimento e a organização de tal sistema vêm a desafiar o Império Otomano.

1.3. Principais elites políticas e econômicas

Continuando na análise da formação do Estado otomano, optamos por fazer um breve apanhado sobre a formação e composição das elites responsáveis pelo controle econômico como forma de entender a organização da economia do império e como ela era pensada. O principal desafio enfrentado para identificar estes grupos deve-se, em parte, à fluidez das fronteiras entre aqueles que detinham cargos administrativos formais, tais como membros do establishment militar e judiciário, por um lado, e aqueles que poderiam exercer influência através de suas posições na sociedade local, conhecida vagamente como *ayan*³⁴. Além da dificuldade em criar critérios que se apliquem à toda extensão do Império. Desta forma, Surayia Faroqhi consegue apresentar resumidamente

³³ INALCIK, Halil. *The Ottoman Empire – The Classical Age (1300-1600)*, 1978, p. 217

³⁴ KHOURY, Dina Rizk. *The Ottoman centre versus provincial power-holders: an analysis of the historiography in Faroqhi*, p.135

a constituição das principais classes do Império Otomano, como pode ser visto no seguinte trecho:

No contexto atual, os termos "elite otomana" e "grupo dominante otomano" podem ser utilizados de forma intercambiável, embora pode-se considerar a elite como algo mais amplo que o "núcleo duro" constituído pelo grupo dominante, os homens que realmente tomam as decisões. Infelizmente, não é fácil delinear os contornos deste conjunto de pessoas: muito obviamente altos dignitários como *vizires*, diretores de finanças (*defterdars*) ou governadores provinciais de qualquer nível formavam parte deste conjunto, assim como fizeram os escribas, muitas vezes altamente educados, que administravam os gabinetes da chancelaria central otomana. Oficiais *janízaros* também devem ser incluídos, especialmente quando estamos preocupados com uma província fronteiriça, e o mesmo se aplica aos detentores de coleta de impostos os quais também se espera que cumpram funções militares e/ou serviços administrativas (*timar, ze'amet*). Obviamente, os *kadis* eram a espinha dorsal do administração juntamente com seus superiores hierárquicos, o corpo de juizes (*kadiasker*) e o chefe de jurisconsulto (*şeyhülislam*) figuram proeminentemente dentro das elites otomanas. (FAROQHI, p.13, 2006)

Não há como contestar o fato de que o Estado otomano dedicou recursos consideráveis e capital político entre 1600 e 1800 na tentativa de subjugar ou cooptar as poderosas elites provinciais que desafiaram sua hegemonia. Mas talvez mais significativas para nossa compreensão das formas pelas quais as sociedades provinciais continuaram a fazer parte dos domínios otomanos, apesar dos levantes políticos, foram as formas pelas quais as elites locais transformaram o estabelecimento provincial administrativo e militar.

No final do século XVIII, as elites locais dominavam a maior parte dos cargos administrativos e militares nas províncias, seja comprando títulos e ingressando em estabelecimentos provinciais e militares otomanos ou tornando-se fazendeiros de impostos³⁵. Assim, em grau significativo, o estado "fez" as elites de poder provinciais, tanto quanto os detentores de poder provinciais "fizeram" o estado no nível local. As elites provinciais "localizaram" a hegemonia do estado³⁶. Até muito recentemente, a maioria dos estudiosos via no século XVIII um processo de descentralização e perda da hegemonia do Estado para os detentores do poder local. Mais recentemente, alguns historiadores tentaram articular esse processo como aquele em que uma forma de cultura política otomana centrada na organização de famílias de elite era reproduzida no nível

³⁵ KHOURY, Dina Rizk. The Ottoman centre versus provincial power-holders: an analysis of the historiography in Faroqhi, p.136

³⁶ Idem, p.138

provincial. Eles sustentam que tal "localização" da autoridade política otomana não deve ser vista em termos estritamente fiscais como o centro otomano versus os termos administrativos dos detentores de poder provinciais - isto é, como descentralização - mas como uma expansão mais sutil e profunda das formas otomanas de governo político para as províncias.³⁷

A conquista e controle otomano de vastos territórios dependia de um grande grau de capacidade e controle do governo para forjar alianças com o poder de elites locais. Para conseguir governar sociedades tão amplamente divergentes como os camponeses nômades e a parcela urbana, o governo teve que desenvolver a capacidade de usar sistemas locais de controle em benefício próprio. Seu sucesso neste modelo administrativo foi determinado por vários fatores, entre eles a proximidade geográfica com Istambul e outros grandes centros administrativos foram fundamentais. Assim, em áreas facilmente alcançadas pelo exército e as elites administrativas, a capacidade do governo de impor seu mandado foi mais forte do que era em regiões montanhosas e remotas como o Monte Líbano, o sudeste da Anatólia ou o Iêmen³⁸.

No início do século XVII, as elites responsáveis por governar o estado central iniciaram uma expansão nas receitas, e essa nova política causou uma ruptura com o sistema administrativo utilizado durante o século XVI. Enquanto no século XVII as melhores e maiores receitas tipicamente iam para a elite do Estado central, no início do século XVIII, os proprietários locais de capital começaram a deter receitas e administrar escritórios.

Igualmente importante, no entanto, era a centralidade de certas capitais provinciais para a manutenção das fronteiras do império. Na Bósnia, Damasco, Egito, Túnis, Argel, Bagdá e Mosul, todos os centros de controle das fronteiras do império contra os poderes estrangeiros, o governo alternou entre uma política de acomodação e supressão de elites locais. Até o final século XVIII, no entanto, como em muitas dessas capitais provinciais, estas elites começaram a desafiar o governo central, e as elites locais adquiriram certa vantagem em sua relações com seus senhores.

³⁷ Ibidem, p.138

³⁸ KHOURY, Dina Rizk. The Ottoman centre versus provincial power-holders: an analysis of the historiography in Faroqhi, p.137

As opiniões do governo otomano sobre as elites locais se mostrava por vezes, ambivalente. Por um lado, o Estado precisava de sua cooperação para manter a ordem em suas províncias; por outro lado, estava sempre consciente da fraqueza de suas alianças com as elites locais. Enquanto o governo central muitas vezes ordenou seus súditos para pagar os impostos exigidos pelos burocratas, bem como pelas elites provinciais, do final do século XVI e ao longo do século XVII o governo mobilizou frequentemente a sua população contra as exigências fiscais dos seus representantes nas províncias, reorganizando sua estrutura e incorporando ao sistema jurídico, como pode ser visto no seguinte trecho:

Após a conquista de novos territórios, o governo otomano estabeleceu três centros provinciais de poder, e o chefe de cada um deles deveria reportar ao governo em Istambul. Esta divisão foi codificada em uma série de leis provinciais incorporando a prática local e submetendo-a a uma abordagem da lei otomana, conhecido como o *kanun*.

O maquinário administrativo da província era chefiado pelo governador, seu vice-governador e uma série de outros funcionários. Na cabeça do estabelecimento militar ficava o oficial chefe dos regimentos janízaros, que se reportavam diretamente a Istambul. Os janízaros estavam sujeitos à sua própria lei societária, e recebiam uma série de direitos que iam desde alimentos até acesso a animais e isenção de certas taxas e impostos.

Desde a sua criação, no entanto, este sistema de administração provincial foi sujeito a modificações quando aplicado em ambientes provinciais diferentes do restante do império. Ao contrário da Anatólia e dos Balcãs, por exemplo, no Egito não havia uma cavalaria paga diretamente pelos contribuintes e nenhum conjunto de prerrogativas fiscais conhecido como *timars*, que também funcionavam como unidades administrativas. Em vez disso, adotou-se um sistema administrativo mais centralizado que foi responsável por incorporar as velhas elites. (KHOURY, p.138, 2006)

Eles foram capazes de fazê-lo em grande parte devido ao crescimento das economias regionais baseadas nas receitas do comércio e na administração de guerras que exigiam transferências de homens, dinheiro e bens de uma região do império para outra. Finalmente, as prerrogativas das elites locais foram reforçadas por um sistema de mobilização militar e coleta fiscal pelo qual permitiu a cidadãos locais (*ayan*) e oficiais judiciais a desempenhar um papel fundamental na mobilização de forças e repartição de impostos

No entanto, no século XVIII, a influência desta elite havia enfraquecido significativamente devido a transformações no sistema de tributação. O governo tornou-

se uma grande fazenda fiscal, comprando ou atribuída as terras a uma classe de burocratas provinciais que muitas vezes eram incapazes de assumir a administração da província por um curto período de tempo. Ao invés de governar diretamente, eles enviaram seus representantes, ou nomearam agentes interinos, para administrar a província em seu nome.

Soma-se à esta conjuntura as rebeliões de larga escala na Anatólia que marcaram o fim da prosperidade rural e de uma relativa paz no setor agrícola gerando a expulsão de camponeses e sua migração em grande parte para as planícies da Anatólia. A formação de milícias comandadas por governadores provinciais eram frequentemente realizada através do recrutamento de jovens homens muçulmanos ex-camponeses que se tornariam empregáveis como soldados. Essa transformação das forças armadas teve graves repercussões para a composição da elite estatal³⁹.

The seventeenth century ushered in a period of crisis for the Ottoman state. Plagued by a series of debilitating rebellions in Anatolia, Egypt, Baghdad and Mount Lebanon, war on its European and Eastern frontiers, and fiscal troubles brought about by the twin evils of inflation and war, the Ottoman central government found itself under increasing pressure to change the ways in which it administered its provinces. The Kopruluzade dynasty instituted a series of measures to stave off further erosion of imperial control in the provinces in the second half of the seventeenth century. By the first half of the eighteenth century, the government had reorganised its provincial administrative structure and attempted to regularise tax-farming practices to allow it more access to the taxable income of its subjects. The prosperity brought about by the expansion of regional economies and trade with Europe in western Anatolia, Syria, Egypt and Iraq during the first half of the eighteenth century allowed for the development of a *modus vivendi* between local elites in the provinces and the Ottoman government.⁴⁰

Além disso, a alocação e arrecadação de impostos foram cada vez mais distribuídas pelo governo central em curto prazo para um grupo de elites locais e militares. Enquanto permitia ao governo mais acesso ao dinheiro, este acordo privou o governador provincial e seus burocratas da capacidade de governar eficazmente. Na ausência de um líder provincial estável, os regimentos janízaros e os membros locais importantes tornaram-se o verdadeiro corretores de poder nas principais cidades do império

³⁹ KHOURY, Dina Rizk. The Ottoman centre versus provincial power-holders: an analysis of the historiography *in* Faroqhi, p.135

⁴⁰ *Idem*, p.136

Assim, no final do século XVII, os governadores provinciais tiveram que lidar com regimentos militares urbanos inquietos cujos membros haviam se tornado parte integrante do estabelecimento governante de quase todos os centros administrativos da parte asiática do império. No entanto, após a conclusão do tratado de Karlowitz⁴¹ em 1699, o governo tentou reformar sua administração provincial, desenvolvendo uma política em duas frentes. Procurou aumentar o alcance territorial e administrativo dos governadores das principais províncias à custa dos representantes distritais que tinham roubado tanto o tesouro e população pagadora de impostos e iniciou uma medida fiscal que permitia à estas elites comprar uma certa quantidade de tempo pelo qual ficaria responsável pela coleta de impostos de uma área.

Apesar da tênue natureza do controle otomano nessas províncias, no entanto, o século XVIII foi marcado por mudanças duradouras na composição dos detentores do poder provincial. Embora não seja imediatamente visível, a incorporação de homens locais de diferentes estratos econômicos e sociais na hierarquia administrativa das províncias através da compra de fazendas-fiscais foi acompanhada de uma transformação na forma como essas elites organizaram-se. Como observado anteriormente, a base de poder local deste último baseava-se na reprodução, em escala muito menor, da organização política das famílias do governador imperial e provincial⁴². A administração central acabou encontrando nessas áreas um punhado de famílias locais que monopolizavam fazendas-fiscais e cargos administrativos, formavam domicílios com clientes escravos, militares e subjugaram os interesses da população urbana às suas agendas políticas.

A mobilização existente no ambiente rural e a transformação na forma como as elites se organizavam, principalmente nos períodos de guerra pode ser melhor visto neste trecho:

The almost constant mobilisation of rural and urban populations to wage war against enemies of the Ottoman state resulted in far-reaching changes in the position of the military establishment in provincial society. As local populations were recruited through their leaders to fight wars, the latter found a place for themselves among the Ottoman provincial elite. On the other hand, military regiments drawn from the various parts of the empire became

⁴¹ Tratado responsável por estabelecer o fim da Guerra Austro-Otomana em 1699, ratificando a derrota otomana e sendo considerado por muitos autores como o ponto inicial da derrocada do Império Otomano.

⁴² KHOURY, Dina Rizk. The Ottoman centre versus provincial power-holders: an analysis of the historiography *in* Faroqhi, p.144

integrated into provincial political and economic life, their leaders transforming themselves into a local power elite. Despite an Ottoman political ideology that drew clear lines between the military and subject populations, these lines were continuously redrawn and redefined in the seventeenth and eighteenth centuries. The state itself played an indirect role in the rise to prominence of local regiments in the seventeenth century.⁴³

Talvez o grupo mais inconsistente entre os detentores de poder provinciais, o ayan ou “notáveis” das cidades árabes parecem ter sido, de acordo com registros locais, a base que mantinha a ordem urbana unida, pois de acordo com as circunstâncias, eles legitimavam ou desafiavam o poder do estado. Muitas vezes denota o círculo de homens fortes que apareceram nas cidades árabes e da Anatólia no final do século XVII e no século XVIII, alguns dos quais desafiaram o controle político do Estado. Os burocratas usaram o termo de maneira genérica para descrever um grupo de homens locais de famílias ou linhagens proeminentes, que ajudavam na repartição de impostos, compravam propriedades rurais e urbanas, fazendas fiscais, possuía assentos no conselhos de governadores locais e mediava entre funcionários e as populações provinciais.

No entanto, na segunda metade do século XVIII, as relações relativamente tranquilas entre o centro e a elite provincial começaram a se desgastar. Iniciadas com problemas de mobilização para uma guerra desastrosa contra a Rússia, e incapaz de reunir a lealdade e o apoio de seus detentores de poder provinciais, o governo se viu lutando contra uma série de rebeliões por parte de governos semi-autônomos e detentores do poder nas províncias nos Bálcãs e no Oriente Médio. No entanto, apesar de grave desafios à supremacia e legitimidade de um sultanato muito enfraquecido no final do século, o estado otomano foi capaz de manter um tenuous lealdade de um setor da elite local na maioria de suas províncias asiáticas e algumas de suas províncias europeias até o século XIX.

Parte da resposta para entender esta questão pode ser encontrada nas mudanças nas relações entre a dinastia dominante e aquelas elites locais que não estavam necessariamente no auge da hierarquia provincial do poder político. Desenhadas a partir de diversas origens sociais, essas elites constituíram a espinha dorsal da hegemonia otomana no cenário provincial. O estado imperial moderno primitivo não era páreo para

⁴³ ADANIR, Fikret. Semi-autonomous provincial forces in the Balkans and Anatolia, p. 158, 2006.

o estado-nação moderno em suas habilidades de criar consenso e submissão dentro de suas populações díspares.⁴⁴

However, it is important to note that by the eighteenth century there were fundamental changes in the relationship between the Ottoman state and its various provincial elites, and moreover these changes varied significantly from province to province. Some historians have argued that wider sectors of local elites had become 'Ottomanised' by the eighteenth century, positing that such 'Ottomanisation' acted as an antidote to the loosening of administrative controls so prevalent in the later 1700s. Whether such arguments will hold true for a large part of the Arab provinces remains to be seen.⁴⁵

Tais variações entre províncias impedem generalizações abrangentes sobre o grau de descentralização e perda de controle administrativo pelo estado central do século XVIII. Mas, atualmente, o resultado mais importante é que em algumas, mas não em todas as áreas otomanas, políticas fiscais adotadas centralmente combinadas com desenvolvimentos socioeconômicos localizados permitiu a um grupo maior de homens locais, de uma variedade de origens, certo grau de acesso a recursos e departamentos do Estado. Contribuindo para que setores mais amplos da sociedade provincial de elite se tornassem otomanos e continuassem a fornecer uma base social estável para a hegemonia otomana, apesar de revoltas e rupturas políticas causadas por detentores de poder político.

⁴⁴ KHOURY, Dina Rizk. The Ottoman centre versus provincial power-holders: an analysis of the historiography in Faroqhi, p.151

⁴⁵ KHOURY, Diana in *State and Provincial Society*, p. 137, 1997.

CAPÍTULO 2

2. A ECONOMIA OTOMANA FRENTE O MUNDO

After the Industrial Revolution in Europe, those areas of the world which constitute the Third World today and where pre-capitalist or non-capitalist modes of production had prevailed, came into contact with world capitalism more strongly than ever before and experienced similar economic processes. For this reason, the recent histories of these areas cannot be examined solely in terms of the internal dynamics of each society. Rather each of these countries has to be inserted into the content of a world capitalist economy and their histories need to be analyzed in terms of the complex interaction between internal and external forces. (PAMUK, p. 130, 1987)

2.1. A economia otomana e sua relação com a Europa

A partir desta introdução sobre a extensão e funcionamento do período Otomano, pode-se iniciar uma melhor análise sobre as relações da economia otomana e o capitalismo europeu e as consequências desta interação na esfera da produção e possível influência nos conflitos ocorridos no início do século XX, a partir da inserção da experiência otomana em uma estrutura comparativa dentro da periferia da economia mundial do século XIX.

Neste nível de análise, a dinâmica interna da economia otomana por si só se mostra insuficiente para explicar esta transformação de sua estrutura no século XIX. É necessária uma análise levando em conta tanto os fatores internos (classes sociais, estrutura estatal) como fatores externos (expansão territorial europeia, lógica de acumulação do capital em larga escala e comércio de longa distância de *commodities*).

Em uma análise a longo prazo torna-se palpável as tendências e flutuações de longa duração no comércio exterior, variantes externas de comércio e aumento de fundos de investimento estrangeiro, tendo como uma das principais marcas da influência do capitalismo europeu na economia interna um movimento de capital estrangeiro centro-periferia utilizado com foco no investimento em infraestrutura como, por exemplo, estradas de ferro para expandir o comércio. Por outro lado, o investimento em atividades produtivas diretas, tais como agricultura e indústria permaneceram limitadas até a I

Guerra Mundial com um novo foco de caráter exportador para a agricultura e um declínio das manufaturas baseadas nos tecidos à base de algodão.

A organização interna do Império Otomano pode se diferenciar de outros países da periferia por apresentar classes internas dominantes com algum nível de independência em relação aos países centrais. Neste caso, focar apenas nas forças econômicas mundiais ou na lógica de acumulação de capital em larga escala não são hábeis para uma boa interpretação do tema e para a diversidade de experiências ocorridas na região. Desta forma, o Império Otomano se assemelharia a uma categoria de ‘império informal’ do capital inglês, caracterizado por situações nas quais o poder político é comandado por uma aliança entre o capital mercantil e donos da terra com produção voltada à exportação e favorecendo uma maior especialização na produção agrícola.

Esta categoria se diferenciaria dos demais países pelo Império Otomano possuir estruturas estatais relativamente fortes em conjunto com certa condição de rivalidade entre os maiores poderes de forma a obter maior vantagem econômica e influência. Outra característica importantes neste processo é o forte caráter burocrático impedindo uma entrada maciça de forças imperialistas, diferentemente do que ocorria nas colônias. Neste caso, a abertura para o capitalismo mundial aconteceu em condições de independência política formal, mas o país em questão, pertencia à esfera de influência de uma potência imperialista sendo o século XIX caracterizado por um momento onde os interesses das alianças dominantes coincidem com os interesses da potência capitalista, neste caso, a Inglaterra.

A partir de 1880, tem-se o início de rivalidades anti-imperialistas onde o poder hegemônico é desafiado por países industrializados nas áreas que pertenciam ao seu império informal. Com o aumento da produção agrícola voltada à exportação algumas regiões se beneficiam mais deste novo arranjo econômico como é o caso dos Bálcãs, Anatólia Ocidental e Síria, e alterando o comércio intra-regional e o comércio com Rússia e Egito que até o momento, eram mais importantes em termos de volume do que o comércio com a Europa Central e Ocidental.

Enquanto o século XVI pode ser caracterizado pelo auge do poder central em relação às províncias, durante o século XVIII e XIX inicia-se um declínio geral do poder central, principalmente sobre as províncias dos Bálcãs⁴⁶. Como consequência disso, o

⁴⁶ PAMUK, Sevket. *The Ottoman Empire and European Capitalism, 1820-1913*, 1987, p. 57

poder central inicia um processo de expropriação de terras e um esforço para reaver o poder com o aumento do controle sobre a coleta de impostos, gerando o início de mais atritos com os governos locais e proprietários de terras⁴⁷. A partir deste processo, regiões como a Sérvia, Morea, Valáquia, Moldávia e, pode-se adicionar, Egito, áreas onde os mercadores e os senhores de terra se estabeleceram para se beneficiar da maior orientação exportadora para o mercado mundial, sejam as primeiras áreas a se ‘soltarem’ do Império e comecem seu próprio governo.

Com a crescente tensão do poder central com essas regiões nas ‘bordas’ do Império iniciam-se processos separatistas que culminam nas Guerras Balcânicas ocorridas em 1912 e 1913. Com o estopim dos conflitos começa o processo de desfacelamento do Império Otomano e conflitos conhecidos por seu caráter étnico, mas que são influência direta do campo econômico e das relações com potências imperialistas, apresentando uma discussão como pode ser observada no seguinte trecho:

Why did already existing differences – religious or ethnic – among Ottoman subjects erupt into violence? It is clear, after all, that intersubject relations in the nineteenth-century Ottoman Empire were far worse than in the past. The question is why. More specifically, to what extent was the nineteenth-century violence a necessary part of the process by which an area broke away and became a new state separate from the Ottoman Empire? In other words, was violence a necessary and endemic part of nineteenth-century separatist struggles? Historians disagree strongly over the origins of the breakaway movements that occurred in the Balkan, Anatolian (and to a lesser extent the Arab) provinces of the empire. Generally, two types of analysis are presented, respectively based on so-called push and pull factors. In the “push” analysis, stress is placed on the good intentions of the Ottoman state but the incomplete nature of its reform efforts during the nineteenth century. In this view, the state sought to bring about equality between Muslim and non-Muslim subjects and more equitable relations between elites and the lower strata. But, because it was slow to do so, frustrations mounted and revolts ensued. In this view, the state fell victim to its own well-minded policies. “Pull” analysts are less kind about state intentions and instead refer to Ottoman oppression, both political and economic. Deprived of political rights and driven by mounting economic impoverishment under Ottoman maladministration, they say, nationalist sentiments developed among local leaders who led the drive for independence. Thus, the issue of nationalism, on which there is profound confusion among scholars and the general public, takes center stage. In an older view, nationalism – sentiments of uniqueness, superiority, and the claim for independence – preceded and gave birth to the nation state. Persons felt they were part of an oppressed national group that had been and was being deprived of its economic, political, and cultural rights. And so they demanded the right to a state independent of Ottoman domination.⁴⁸

⁴⁷ *Idem*, p. 57

⁴⁸ QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*. 2005, p. 70

Apesar dos visíveis aumentos na mecanização no final do século XIX, a maioria dos produtos manufaturados otomanos continuou sendo feita artesanalmente até o fim do império. A fabricação no campo, cada vez mais pelo trabalho feminino⁴⁹, tornou-se mais importante e, em menor medida, os trabalhadores urbanos, masculinos, muitas vezes organizados por guildas. Além disso, a presença global da fabricação otomana diminuiu; a maioria dos mercados internacionais reduziram a demanda e a produção se concentrou no mercado doméstico que ainda era vasto, mas com alto teor competitivo. No entanto, setores de produção selecionados para exportação internacional expandiram significativamente a produção.

Durante o auge da produção mecanizada otomana, ela ainda manteve-se como uma parcela crescente ou mesmo menor do montante de produção. Grandes cidades portuárias como Salônica, Izmir, Beirute e Istambul possuíam a maior concentração de fábricas mecanizadas. A maioria das fábricas otomanas processavam alimentos, fio torcido e panos. Um dado a ser notado neste contexto é que em 1911, as fábricas mecanizadas representavam apenas 25% de todo algodão processado e menos de 1% de todo o pano de algodão, sendo então consumido dentro do império⁵⁰. Tal como na agricultura, a falta de capital dissuadiu a mecanização da produção.

Embora não tenha ocorrido uma mecanização significativa, o setor de manufatura otomano, no entanto, obteve sucesso com uma série de mudanças importantes à medida que lutou para sobreviver na era da Revolução Industrial na Europa, onde a tecnologia e a maior exploração do trabalho produziram uma série de produtos baratos e bem feitos. Até o final do século XVIII, os bens feitos à mão no Império Otomano eram muito procurados por membros de outros impérios e Estados próximos. A manufatura têxtil, com fios feitos à mão e os couros produzidos durante este século, no entanto, perderam gradualmente seus mercados estrangeiros.⁵¹

No início do século XIX, quase todos os bens de alta qualidade que anteriormente caracterizavam o setor de exportação otomano desapareceram. Mas, após um hiato de meio século, a produção para exportação internacional ressurgiu por volta de 1850, sob

⁴⁹ *Idem*, p. 159

⁵⁰ QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*. 2005, p. 136

⁵¹ *Idem*, p.138

uma espécie de fio de seda e, mais importante, tapetes orientais. As fábricas de bobina de seda a vapor surgiram em Salônica, Edirne, Anatólia Ocidental e no Líbano. Particularmente na Anatólia Ocidental e central, a produção de fios e corantes em maior escala foi combinada com mão-de-obra para a produção de inúmeros carpetes para compradores europeus e americanos. Estas duas indústrias têxteis empregaram cerca de 100 mil pessoas até 1914, dois terços delas na fabricação de tapetes.⁵²

A maioria dos trabalhadores destas manufaturas eram mulheres e meninas, recebendo salários que eram os mais baixos em todo o setor manufatureiro otomano. Além disso, vários milhares de outras trabalhadoras do sexo feminino trabalharam na imitação de laços e rendas irlandesas, encontrando grandes mercados na Europa. A esmagadora maioria dos produtores concentrou-se no mercado interno otomano de cerca de 26 milhões de consumidores, estes que na maioria das vezes viviam adjacentes ou nas mesmas regiões onde o material era fabricado.⁵³

Produzindo para um mercado interno que apresentava grande dificuldade de ser examinado e rastreado, esses fabricantes são quase invisíveis ao escrutínio do historiador porque a maioria não pertencia a organizações ou empresas que deixaram registros.⁵⁴ Pelo contrário, eles estavam amplamente dispersos em formas de produção não mecanizadas, trabalhando sozinhos ou em grupos muito pequenos localizados em lares e pequenas oficinas, em áreas urbanas e no campo. Embora existissem fábricas de fios em lugares como Izmir, Salônica e Adana, o trabalho manual era facilmente observado na maioria dos lugares.

Durante o período que vai de 1700 até 1922, a importância das guildas⁵⁵ na manufaturas sofreu grandes quedas, mas elas não desapareceram inteiramente. A crise econômica ocorrida no final do século XVIII que se apresentou com uma inflação persistente, pode ter acelerado a organização formal das guildas como uma forma de proteção para os produtores. Os trabalhadores se uniram para comprar coletivamente implementos, mas muitas vezes, como no sul da Bulgária, ficaram sob o controle de mestres mais ricos e, por isso, com maior capacidade de superar a crise.

⁵² *Ibidem*, p.138

⁵³ QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*. 2005, p. 112

⁵⁴ *Idem*, p. 135

⁵⁵ Pequenas corporações ou associações de artesãos existente no Império Otomano

As instituições fundamentais do Império Otomano se desintegraram sob o impacto de uma nova Europa e os otomanos não conseguiram se adaptar às novas condições de troca e produção militar e estatal do cenário internacional. Eles não conseguiram entender e se adaptar os problemas econômicos modernos, permanecendo vinculados tradicionalmente aos estados do leste. Ao contrário da economia mercantilista das potências europeias contemporâneas, os estadistas otomanos se apegavam à política de fornecimento ao mercado doméstico com uma abundância de commodities necessárias. Incapaz de formular uma política econômica abrangente para o Império Otomano, eles não viram nenhum perigo em expandir as concessões para que, a partir da segunda metade do século XVIII, os europeus começassem a controlar até mesmo o comércio existente entre os portos do Império no Mediterrâneo.

A administração, extremamente vinculada por conceitos tradicionais, incentivou a importação de bens no Império, mas desencorajou as exportações. Iniciou-se um processo de tributação às importações e às exportações sob a mesma taxa⁵⁶ e proibiram a exportação de certos bens quando isso pudesse causar uma escassez no mercado interno. Ao preservar as restrições econômicas de sua base produtiva, impediram o desenvolvimento em alguns ramos da indústria e exportações. Enquanto uma Europa mais desenvolvida estava se livrando das formas de medievalismo, o Império Otomano se agarrava com mais zelo às formas tradicionais de economia e manufatura.⁵⁷

Mesmo havendo criação e desenvolvimento, ao longo de sua história, de uma série de descobertas em tecnologia, medicina e finanças, eles as adotaram principalmente para fins militares ou fins puramente práticos. A dificuldade de separação dos valores e perspectivas da cultura do Oriente Médio dentro da perspectiva econômica e estatal apresentou grandes consequências. Já no século XV, havia alguns observadores europeus que procuravam descrever objetivamente o estado otomano, a religião e a cultura, enquanto os otomanos, possuíam uma perspectiva econômica muito mais voltada para a sociedade e necessidades internas.

Assim, na última década do século XVIII, o impacto econômico e militar da Europa, e as subsequentes crises, transformaram radicalmente o Império Otomano e abriram uma nova era em sua história. As instituições do estado clássico otomano se

⁵⁶ INALCIK, Halil. *The Ottoman Empire – The Classical Age (1300-1600)*, 1978, p.55

⁵⁷ *Idem*, p. 56

desintegraram, e os esforços para se adaptar às novas condições abalaram os alicerces do império. Quando, em meados do século XVII, a economia e política interna eram relativamente calma, esta situação se tornou radicalmente diferente para o império a partir do século XVIII.

2.2. O caso otomano em perspectiva comparada

Para resumir, no início do período examinado neste volume, o Império Otomano engajou-se em uma quantidade limitada de comércio com o resto do mundo. No início dos anos 1820, a proporção total de exportações ou importações otomanas para o volume total de produção estava bem abaixo de 5%, e provavelmente estava mais próxima de 2% ou 3%. No decorrer do próximo século, o comércio exterior otomano, particularmente com a Europa ocidental, expandiu-se rapidamente. Essa tendência de longo prazo foi facilitada pela existência de tratados de livre comércio que eliminaram para os governos otomanos a opção de buscar políticas comerciais mais independentes por razões protecionistas ou fiscais.

Depois de meados do século, a penetração comercial européia foi acompanhada pela penetração financeira. Uma onda intensiva de empréstimos externos levou a um default pelo estado otomano dentro de duas décadas e ao estabelecimento do controle europeu sobre as finanças do estado otomano. Após a virada do século, houve outra onda de empréstimos externos, alimentada pela rivalidade interimperialista sobre o império. Na véspera da Primeira Guerra Mundial, os pagamentos da dívida pendente só podiam ser pagos com empréstimos adicionais; outro padrão apareceu iminente

A outra forma de investimento no Império Otomano, o investimento estrangeiro direto, concentrou-se em infra-estrutura, particularmente em ferrovias e portos. Em contraste, o investimento estrangeiro em atividades de produção, como agricultura, indústria ou mesmo mineração, permaneceu limitado. Por essa razão, o investimento estrangeiro não teve um impacto direto significativo no modo de produção não capitalista existente. Em vez disso, o investimento estrangeiro teve um efeito indireto nos padrões de produção, facilitando a expansão do comércio exterior e uma maior integração com os mercados mundiais.

A expansão do comércio exterior levou, por um lado, ao aumento da comercialização da agricultura e, por outro lado, ao declínio das atividades artesanais no setor secundário. Apesar de alguma resistência à concorrência

das importações, parece que a participação do setor secundário no emprego total e nos níveis de produção diminuiu até os anos 1910. O início do sistema fabril permaneceu fraco demais para contrariar essa tendência de queda. No início dos anos 1910, a especialização em agricultura avançou consideravelmente. De acordo com uma estimativa, cerca de 14% do produto nacional bruto e um quarto da produção agrícola total estavam sendo exportados às vésperas da Primeira Guerra Mundial. A relação entre as importações e o PIB estava próxima de 18%. (PAMUK, Sevket. p. 131, 1987)

A economia otomana tornou-se muito mais aberta e parte da divisão do trabalho centro-periferia na economia mundial.

Houve muita unidade nas experiências do século XIX daqueles países que atualmente constituem o terceiro mundo. Havia fatores comuns na penetração do capitalismo que afetavam todas essas economias e a visão geral anterior enfatizava esses processos que o caso otomano compartilhava com muitos outros. Existia, no entanto, muita diversidade dentro dessa unidade. Em termos das formas específicas de interação com o resto da economia mundial e em termos das estruturas resultantes, a história de cada país era única. Isso porque as amplas transformações sociais e econômicas que cada país sofreu não se deviam apenas a fatores externos. As diferenças entre o caso otomano e aqueles em outros lugares na Ásia, na América Latina ou no norte da África não podem ser explicadas por se referir apenas às forças econômicas mundiais. As características especiais do caso otomano só podem ser compreendidas integrando-se em fatores de análise específicos da economia e da sociedade otomana. (PAMUK, Sevket. p. 132, 1987)

Essas características políticas inter-relacionadas do caso otomano distinguem tanto de colônias formais e os países que foram incorporados ao império informal de uma potência europeia durante o século XIX. Por essa razão, será mais apropriado examinar o caso otomano junto com outros na periferia, como a China e a Pérsia, em uma terceira categoria, a saber, a categoria de rivalidade imperialista. As implicações dessas características no processo de penetração do capitalismo no império otomano exigem alguma elaboração.

O equilíbrio de poder entre o governo central e os elementos locais nas províncias sempre constituiu uma das características mais importantes da economia e da sociedade otomanas. O governo central, que teve que enfrentar o crescente poder das forças provinciais durante os séculos XVII e XVIII, começou a fortalecer sua posição relativa durante o reinado de Mahmud II. Começando nos anos 1830 e continuando com as reformas políticas, administrativas e institucionais do período Tanzimat, o poder do ayan provincial foi minado e a centralização crescente foi estabelecida onde novamente como uma tendência de longo prazo. 132 Os desenvolvimentos tecnológicos do século XIX, que permitiram ao governo central estabelecer um

exército mais efetivo e melhorar a rede de transporte e comunicações, sem dúvida reforçaram essa tendência.

Em nível internacional, por outro lado, embora os equilíbrios entre as principais potências européias tenham mudado ao longo do século, nenhum deles conseguiu excluir seus concorrentes do império otomano. Essa rivalidade contínua, somada à força militar otomana limitada, mas não insignificante, tornou muito difícil para as grandes potências colonizar ou dividir o império otomano. Na terminologia dos observadores ocidentais, o resultado foi que a Questão Oriental permaneceu sem solução até a Primeira Guerra Mundial. (PAMUK, Sevket. p. 137, 1987)

Nestas circunstâncias, não teria sido muito proveitoso para as potências europeias e o capital europeu desenvolverem alianças com as classes sociais, tais como comerciantes e proprietários de terras, que teriam sido a favor de uma maior integração com a economia mundial, mas que tinham limitada vis-à-vis em relação ao governo central. Em vez disso, as forças européias tiveram que se acostumar com a burocracia central a cada passo enquanto tentavam penetrar na economia otomana. A burocracia central, por outro lado, temia que, à medida que a economia se abrisse ao capital estrangeiro e a agricultura se tornasse mais comercializada, o poder dos mercadores e proprietários aumentaria e o controle do governo central sobre a economia e a sociedade seria minado. Ao longo do século, essas preocupações estavam por trás da relutância da burocracia central em incentivar uma maior integração com o capitalismo mundial.

Qualquer tentativa de distinguir os resultados da penetração do capitalismo no império otomano de outros casos no terceiro mundo deve levar em conta os fatores políticos. Para isto, Pamuk chama a atenção para cinco diferentes características políticas que ele aponta em *The Ottoman Empire and European Capitalism* que são inter-relacionadas dentro do contexto do Império Otomano que definiram o ambiente sob o qual a penetração do capitalismo mundial teve lugar e quais são essenciais para o desenvolvimento de um quadro comparativo, a saber:

(a) a força relativa do governo central e da burocracia central em relação a outras classes sociais;

(b) o fato de que o império nunca perdeu sua independência formal e nunca foi colonizado;

(c) o ambiente de rivalidade interimperialista sobre o império; apesar da mudança dos equilíbrios entre as grandes potências europeias em todo o ambiente, nenhum poder poderia eliminar seus rivais

(d) as crises militares, políticas e especialmente fiscais do governo central foram uma das principais determinantes do timing e dos ritmos da penetração europeia;

(e) a importância das pequenas e médias explorações camponesas na agricultura.

(f) apesar da frequente perda de terra e população, o estado otomano do século XIX foi a continuação de um império que cobria grandes territórios em três continentes.

Pode-se argumentar que o ambiente de rivalidade interimperialista forneceu ao governo central considerável margem de manobra para jogar um poder europeu contra o outro sem se tornar dependente de um único poder. No entanto, as possibilidades criadas pelas condições de rivalidade não devem ser exageradas. Por um lado, o grau de rivalidade sobre o império otomano não permaneceu inalterado na escala mundial. É verdade que as condições de rivalidade se intensificaram após a chegada da Alemanha ao cenário internacional nas décadas de 1880 e 1890. Em comparação, no entanto, a capacidade do governo central de jogar um poder europeu contra o outro era muito mais limitada no início do século, no auge da *Pax Britannica*. Além disso, mesmo sob condições de rivalidade, as frequentes crises militares, políticas e fiscais do Estado otomano ofereciam muitas oportunidades para que as potências europeias obtivessem as concessões necessárias para uma maior penetração na economia otomana.

Um breve exame dos principais pontos de inflexão na penetração europeia da economia otomana oferece amplo apoio a esse argumento. Um bom lugar para começar é o Tratado de Livre Comércio de 1838, que forneceu a estrutura legal e institucional para a expansão do comércio até a Primeira Guerra Mundial. Durante a década de 1830, o governo central enfrentou grandes crises militares e políticas decorrentes de seu conflito com Mehmet Ali do Egito e possível desmembramento se não desintegração do Império. Concordeu em assinar o Tratado a fim de obter apoio britânico para a integridade territorial do império. Em outras palavras, em troca do apoio político e militar britânico, que durou durante a guerra da Crimeia e até a década de 1870, a economia otomana foi aberta ao comércio, particularmente com a Grã-Bretanha, uma vez que a segunda era praticamente inigualável nos mercados mundiais da época.

O segundo ponto de virada veio na década de 1850, quando o governo central iniciou, relutantemente a princípio, o endividamento externo sob a grave crise fiscal criada pela guerra da Criméia. Em duas décadas, no entanto, ficou claro que, longe de fornecer alívio, o endividamento externo havia exacerbado as dificuldades fiscais, levando ao controle europeu sobre as finanças públicas otomanas na década de 1880.

A construção de ferrovias por capital estrangeiro constitui um terceiro ponto de virada na penetração européia da economia otomana. Neste caso, como em pontos de virada anteriores, o momento foi determinado por preocupações militares e políticas e dificuldades fiscais do governo central, além das pressões das potências européias. Ao conceder concessões ferroviárias extensivas durante o final da década de 1880, os objetivos fiscais do governo central eram melhorar sua eficácia administrativa na cobrança de impostos para incentivar o cultivo de novas terras, colocando-as ao alcance dos mercados urbanos e dos principais portos de exportação. Após a conclusão da construção da ferrovia, as coleções de dízimos nas províncias com as ferrovias aumentaram, de fato, mais rapidamente do que outras. No entanto, esses aumentos não foram suficientes para compensar os pagamentos de garantia quilométrica que o governo otomano concordou em fazer com empresas de transporte ferroviário de propriedade estrangeira. No final, as ferrovias não conseguiram fornecer o alívio fiscal tão necessário. Pelo contrário, eles reduziram ainda mais o espaço de manobra do governo central, acelerando a divisão do império em esferas de influência entre as potências européias. (PAMUK, Sevket. p. 145, 1987)

Agora nos voltamos para as duas últimas características especiais do caso otomano que precisam ser levadas em consideração ao colocar a penetração do capitalismo mundial no império otomano em uma estrutura comparativa.

Argumentou-se que, em comparação com os casos de colônia formal e império informal, as condições de rivalidade dificultaram a intervenção direta das potências imperialistas, a fim de facilitar uma maior integração com a economia mundial. Por outro lado, as condições de rivalidade permitiram que a burocracia central mantivesse maior controle sobre algumas áreas da economia. Durante o século XIX, a área mais importante em que o governo central conseguiu manter algum controle e onde a penetração do capital estrangeiro permaneceu limitada foi a agricultura. Para o governo central, uma estrutura agrária consistindo principalmente de pequenas e médias propriedades representava as condições mais favoráveis para se apropriar do excedente agrícola. Durante o século XIX, assim como no período anterior, o governo central apoiou, sempre que pôde, pequenas e médias explorações camponesas contra os proprietários tanto para preservar sua base fiscal quanto para impedir um desafio político ao seu domínio das províncias.

Não é de surpreender, portanto, que as tentativas dos cidadãos europeus durante o século XIX de estabelecer fazendas capitalistas no oeste da Anatólia tenham enfrentado a resistência do governo central; no mínimo, esses esforços não foram apoiados por Istambul. Como essas políticas governamentais foram reforçadas por certas características-chave da agricultura otomana, a saber: abundância relativa de terra, relativa escassez de mão-de-obra e natureza primitiva da tecnologia, pequenas e médias propriedades mantiveram sua importância até a Primeira Guerra Mundial. Ao contrário de muitos outros países periféricos da economia mundial durante o século XIX, no Império Otomano grande parte da produção de commodities agrícolas para os mercados mundiais foi empreendida por esses estratos de campesinato

Uma tendência semelhante é observada em atividades de produção não agrícola. Por razões políticas, o governo central precisava do apoio das corporações e, por sua vez, continuou a apoiá-las até a sua abolição apenas no século XX. No entanto, em comparação com a agricultura, as atividades não agrícolas foram muito mais propícias a economias de escala. Como resultado, o artesanato otomano diminuiu devido à concorrência de produtos importados da indústria europeia de grande escala, enquanto a produção em pequena escala na agricultura sobreviveu, embora não tenha prosperado.

Em outras palavras, juntamente com a penetração do capitalismo mundial, houve uma tendência secular durante o século XIX para a expansão da produção de mercadorias. No entanto, esta tendência não foi acompanhada por uma expansão similar da produção em larga escala e do trabalho assalariado. As políticas do governo central foram um fator importante na persistência da produção em pequena escala na agricultura e, em menor grau, nas atividades de produção não agrícola. (PAMUK, Sevket. p. 144, 1987)

Claramente, essa característica acrescenta uma série de importantes dimensões políticas ao caso otomano. O capítulo anterior objetivou apresentar as dimensões políticas internas do caso otomano, estabelecendo as classes políticas dominantes e, principalmente, a relação da elite com a região dos Bálcãs.

Neste segundo capítulo tentamos apresentar as relações econômicas e de desenvolvimento do Império Otomano em relação à economia mundial, mais especificamente com a Europa. Percebemos as tentativas britânica e alemã de expansão de sua influência e capital seja através de acordos bilaterais de comércio beneficiando nações com processos industriais mais avançados, tentativa de compra de terras e até a

entrada de capital estrangeiro no setor ferroviário promovendo integração, mas também como uma forma de ampliação do poder alemão.

Mostrou-se, no entanto, que sendo a continuação de um império outrora poderoso, a manufatura proporcionou à economia otomana do século XIX uma série de fontes de receita. Além disso, fica evidenciada a diferença econômica entre regiões otomanas, fator que pretendemos explorar no próximo capítulo assim como a tentativa mais abrangente de interferência externa no território com um estudo de caso na região dos Bálcãs.

CAPÍTULO 3

As consequências políticas e econômicas nos Bálcãs

3.1. Razões econômicas para o conflito e diferenças entre regiões centrais e periféricas

Um dos principais elementos que contribuíram para o encorajamento dos movimentos nacionais foi a melhoria das condições econômicas gerais, particularmente com a revitalização comercial ocorrida durante o século XVIII. Apesar da certa anarquia na elaboração de leis em algumas regiões, o comércio entre o Império Otomano e a Europa aumentou rapidamente tanto pelas rotas terrestres dos Bálcãs como pelo mar incentivadas também pelas políticas do Império Habsburgo e da Rússia que contribuíram para a criação de condições favoráveis para os comerciantes marítimos balcânicos.

Por meio do Tratado de Karlowitz, não só foi estabelecida as fronteiras entre a Áustria e o Império Otomano, como também previa o comércio entre os signatários. A partir de sua assinatura, a fronteira Otomano-Habsburgo testemunhou um aumento constante na troca de bens, especialmente no importação de matérias-primas e alimentos para a monarquia. Uma segunda influência importante no comércio veio com a conquista e colonização russa das terras ao norte do mar Negro. Esta região tornou-se depois uma grande área produtora de grãos. Seus produtos foram embarcados por meio dos portos do Mar Negro, particularmente Odessa, através do estreito para a Europa Ocidental.

Essa situação despertou no governo russo um interesse econômico e estratégico na região. Embora o comércio entre a Rússia e a Porte⁵⁸ não atingisse proporções significativas, a situação se desenvolveu em benefício dos gregos. O comércio russo estava quase completamente nas mãos dos gregos armadores, que, nos termos do Tratado de Kuchuk Kainarji⁵⁹, foram autorizados a utilizar a bandeira russa. Como no período anterior, o comércio internacional continuou a ser a fonte de sustento dos cidadãos não-muçulmanos do império, em particular os gregos, os armênios e os judeus, mas também outros cristãos ortodoxos. Sua posição vantajosa em relação às manufaturas e outros tipos de comércio pode ser entendida em referência à posição relativamente baixa do comerciante em geral na sociedade otomana, onde o prestígio e o poder eram

⁵⁸ Governo central do Império Otomano

⁵⁹ Tratado responsável por encerrar o conflito entre Império Otomano e Império Russo, também chamado de Guerra Russo-Turca. (1768-1774)

tradicionalmente associados à posse da terra, aos militares e ao cargo público. As classes dominantes otomanas, quando investiam dinheiro, geralmente preferiam colocá-lo em terra ou em empresas conectadas pelo Estado, como a tributação de terras ou a compra de posições administrativas lucrativas.

Alguns cristãos também fizeram fortunas em imóveis e arrecadação de impostos. Embora o comerciante tivesse um status superior em relação à massa da população, o camponês ainda era classificado abaixo daqueles com o poder real no estado. Em relação aos comerciantes, aqueles envolvidos no comércio internacional gozavam de certas vantagens que não se aplicavam àqueles cujas atividades se limitavam ao império Otomano. O comércio local e o fornecimento de bens manufaturados para o mercado interno foram em grande parte conduzidos por pequenos comerciantes e artesãos, concentrados nas cidades, cujas atividades foram rigidamente controladas pelo sistema de guildas. Este rígido controle em vigor aqui, no entanto, não foi aplicado àqueles que lidavam com transporte e comércio internacional ou de longa distância. As vastas possibilidades neste campo foram exploradas por um grupo empreendedor que não pertenciam aos níveis mais altos da sociedade otomana, nem à classe mercantil e artesanal das cidades. Os mercadores ortodoxos eslavos e gregos, bem como judeus e armênios, puderam tirar o maior proveito de sua posição dentro da sociedade otomana. (JELAVICH, 179, 1983)

O Império Otomano tinha, é claro, negociado com a Europa desde o século XVI. Os primeiros acordos comerciais, chamados de capitulações, foram negociados com a França e, possuíam necessariamente, certas provisões que eram para a vantagem dos europeus. Estes acordos comerciais tinham outras estipulações que seriam de grande desvantagem para o império. Os primeiros pactos geralmente estabelecem as tarifas de 3 a 5% ad valorem⁶⁰. Mais tarde, estes acordos iriam impedir o Império Otomano de adotar políticas protecionistas condição que deprimiu e desencorajou a produção interna otomana.

Como resultado, os empresários estrangeiros tinham que depender de intermediários otomanos, que geralmente eram gregos ortodoxos. Esses agentes eram chamados de dragomenos, assim como aqueles que serviam a Porte em funções semelhantes. O aumento da atividade comercial no Oriente Próximo refletiu em certas mudanças na Europa Ocidental, que seriam uma grande vantagem para os interesses dos países agrícolas dos Balcãs. A Europa estava em um período de ressurgimento econômico; esta região, a Inglaterra em particular, estava no centro de uma grande transformação que viria a ter seu ápice com a revolução industrial. Tanto a Europa

⁶⁰ JELAVICH, Barbara. History of the Balkans – 18th and 19th Centuries. p. 180, 1983

Ocidental como a Central apresentaram uma necessidade crescente de produtos dos Balcãs, incluindo matérias-primas para suas fábricas e alimentos para sua crescente população urbana. O mercado era particularmente bom para itens como algodão e milho. A pecuária e produtos de origem animal apresentavam sempre demanda e a maior parte dos produtos desse mercado viria de pequenas fazendas camponesas.

As propriedades de chiftlik⁶¹, no entanto, também compartilhavam os benefícios das novas condições comerciais. Estas propriedades estavam concentradas nos vales dos rios, ao longo da costa marítima e perto dos principais centros comerciais. Em teoria, esta nova forma organizacional deveria ter aumentado a capacidade de exploração da terra, mas na verdade nunca foi alcançado um nível de desenvolvimento suficiente para que esta se tornasse a principal fonte de bens para o mercado internacional. As unidades permaneceram pequenas, geralmente de quinze a trinta acres em tamanho⁶², e novos métodos de produção agrícola não foram introduzidos. A parceria continuava a ser a base regular da produção e em suas transações internacionais, os comerciantes balcânicos importavam produtos manufaturados e produtos coloniais, como especiarias, tecidos de lã, relógios, armas e pólvora. Em troca eles exportavam óleo, passas, cera, seda, lã, tabaco, madeira, algodão, trigo, milho e produtos animais, como carne, couro e gado. A distribuição de tais bens nos Balcãs também estava principalmente nas mãos de comerciantes não-muçulmanos, em particular os gregos, tsintsars, sérvios e búlgaros.

A maior parte dessas mercadorias eram compradas e vendidas nos mercados da cidade ou em feiras regulares realizadas ao longo da rotas. A maioria das grandes cidades dos Balcãs tinha uma população considerável de comerciantes envolvidos no comércio de longa distância ou atuando como agentes em atividades comerciais e transações. Desde que os gregos desempenharam um papel tão proeminente neles, muitas cidades vieram a ter uma alta porcentagem de gregos entre a população, embora no campo houvesse maior presença de outras nacionalidades. O comércio na região dos Balcãs e nas fronteiras foi gravemente prejudicado pelas más redes de comunicações e a falta de melhorias internas como, por exemplo, falta de manutenção de estradas e hidrovias.

⁶¹ Sistema de distribuição de terras que substituiu o Sistema Timar. Caracteriza-se pela distribuição de faixas de terras entre os membros da cavalaria por um período pré-determinado.

⁶² JELAVICH, Barbara. *History of the Balkans – 18th and 19th Centuries*. p. 182, 1983

As principais rotas comerciais da península permaneceram as mesmas que existiam nos tempos antigos; se estendendo tanto de leste para oeste e norte para sul. As maiores rotas permaneceram, correndo de Constantinopla para Plovdiv, Sofia, Belgrado, e depois para as terras dos Habsburgos, com um ramo que seguia até o porto de Thessaloniki. O comércio também passa pela costa do Adriático, de portos como Split, Durres, e Dubrovnik, para cidades do interior como Sarajevo, Novi Pazar e Belgrado. Uma importante rota comercial utilizada passa do Danúbio até Bucareste e depois sobre as montanhas para Brasov na Transilvânia. As cidades ao longo destas linhas de comunicação estavam bem preparadas para receber os comerciantes e seus animais; pousadas, chamadas de *bans*, eram mantidas em intervalos regulares ao longo das estradas. Os comerciantes ortodoxos predominaram de forma semelhante no comércio relacionado com os Balcãs dentro do Império Habsburgo. Após a assinatura do Tratado de Karlowitz a maior parte desse comércio se movia ao longo das rotas do interior. Apenas no final de no século XVIII e no começo do século XIX, a monarquia poderia explorar seu recém-adquirido território dalmata ou começar a desenvolver o porto de Trieste. Embora o Império Habsburgo tenha tentado aderir políticas mercantilistas, que exigiam um excedente de exportações sobre as importações, estes princípios não puderam ser aplicados à área dos Balcãs. Foi estimado que, em 1779, a proporção das importações terrestres para as exportações era de 5: 1⁶³.

O principal problema comercial enfrentado pelos Balcãs era que a região não era um mercado potencial para os bens de luxo manufaturados da Áustria, nem necessitava dos grãos que o Império Habsburgo também exportava. Em contrapartida, havia uma demanda estável por matérias primas balcânicas, como algodão, madeira, tabaco e madeira. Os comerciantes, geralmente ortodoxos, que estavam envolvidos nesses empreendimentos eram sujeitos à monarquia, principalmente as de nacionalidades sérvia ou grega. Como seus equivalentes nos territórios otomanos, eles possuíam uma boa posição para estudar as condições locais, além de agentes nos Balcãs. Esses mercadores ortodoxos formaram uma parte importante da população de Viena e outras cidades dentro do Império Habsburgo. Estima-se que pelo meio do século XVIII havia dezoito mil sérvios, gregos e outros comerciantes dos Balcãs na monarquia, vivendo na maior parte ao longo da fronteira entre os dois impérios⁶⁴. Assim, tanto no Império Habsburgo quanto no Império Otomano, o controle do comércio internacional era assegurado por certos grupos limitados da população sendo que, no Império Otomano, quase todo o comércio exterior estava em mãos não-muçulmanas.

O comércio oriental se apresentava como lucrativo e necessário. No Império Habsburgo, assim como no Império Otomano, a nobreza tinha como principal fonte de renda o investimento em terras. Nos Balcãs, por sua vez, a população muçulmana

⁶³ JELAVICH, Barbara. History of the Balkans – 18th and 19th Centuries. p. 182, 1983

⁶⁴ JELAVICH, Barbara. History of the Balkans – 18th and 19th Centuries. p. 187, 1983

apresentava grande presença no comércio, mas geralmente apenas como pequenos comerciantes, lojistas e artesãos locais, embora houvesse alguns mercadores muçulmanos envolvidos em comércio de longa distância dentro do império, e em alguns portos do Mar Negro. A existência de um grande número de população balcânica ortodoxa envolvida no comércio no Império Otomano também dever ser tomada como um dos principais motivos sobre a evolução política do Balcãs.

Apesar de existirem em pequenos números em comparação com a população camponesa, os comerciantes e seus associados ocuparam posições cruciais dentro da economia. Muitos desses comerciantes se beneficiaram com as condições comerciais otomanas como, por exemplo, as baixas tarifas para estimulação do comércio e a falta de regulação do comércio internacional por parte do governo otomano. A falta de grandes barreiras para movimentação dentro do império também constituía outro atrativo. Em contraste, outros na comunidade mercantil estavam profundamente insatisfeitos. Algumas condições internas não eram propícias para certos tipos de comércio.

Muitos comerciantes eram prejudicados pelas estradas precárias e os cursos de água não melhorados, e a desordem no campo tornavam seu negócio perigoso. Além destes problemas relativos à infraestrutura, o mais importante notar é que o comerciante estava quase completamente sem proteção no exterior. Considerando que os cônsules europeus residiam, em sua maioria, nos grandes centros comerciais do Império, a Porte não manteve escritórios semelhantes em outros países para ajudar seus cidadãos. O império, portanto, não ofereceu proteção e encorajamento à sua classe de comerciantes; ele simplesmente não colocou nenhum obstáculos ou limitações em suas atividades. As grandes diferenças entre as condições do Império Otomano e as da Europa se tornavam cada vez mais aparentes para esta classe.

A exposição das debilidades dos novos estados nacionais têm sido freqüentemente discutidas - suas deficiências econômicas, a instabilidade de alguns governos e a corrupção de muitos aspectos da vida nacional como forma de elucidar os elos mais fracos para o que iria acontecer na região no início do século XX.

As comparações com outras áreas do globo são geralmente feitas entre as condições dos Balcãs e as da Europa Ocidental e Central, onde de fato os padrões eram mais altos. Quando os Balcãs são contrastados com outras regiões, por exemplo, Ásia, África, América do Sul e Rússia, a imagem não é tão sombria. Se os regimes dos Balcãs

nem sempre funcionaram bem, pelo menos instituições de governo progressista foram introduzidas, o que poderia servir de base para melhorias futuras. Existiam sistemas administrativos nacionais que cobriam toda a nação e forneciam serviços policiais e de segurança. Embora o analfabetismo fosse alto, as escolas primárias e secundárias haviam sido abertas mesmo em áreas remotas e, pelo menos, o ideal da educação universal havia sido aceito⁶⁵. A Grécia, por exemplo, desenvolveu um sistema educacional que se compara de maneira vantajosa com os dos países europeus maiores e mais ricos, e que era notável em vista dos limitados recursos domésticos do país.

Além disso, depois de 1878, a maioria dos estados balcânicos desfrutou de muita liberdade de ação. Embora as grandes potências, quando unidas, pudessem, de fato, ainda obrigar a obediência a seus ditames, as pequenas nações podiam, às vezes, explorar as rivalidades mútuas entre os governos europeus⁶⁶. Fortes influências econômicas foram exercidas, particularmente em relação aos empréstimos, mas grandes conflitos de poder impediram o estabelecimento de qualquer dominação econômica duradoura por um único estado⁶⁷. A Áustria-Hungria foi amplamente mal sucedida em suas tentativas de pressionar a Romênia e a Sérvia em conexão com os acordos comerciais. Apesar de sua dependência do mercado de gado dos Habsburgo, a Sérvia conseguiu resistir com sucesso durante a Guerra dos Porcos, embora, claro, inicialmente a um alto custo⁶⁸.

Além de estabelecer regimes independentes, os estados dos Balcãs fizeram a grande transição do que era um padrão de vida oriental ou otomano para um padrão de vida baseado em modelos europeus. Os efeitos dessa mudança podem ser aplicados principalmente aos níveis da vida nacional, mas alterou radicalmente a aparência em particular das grandes cidades dos Balcãs durante o século. Como vimos, a liderança dos Balcãs estava familiarizada com Europa Ocidental.

Essa atitude foi acompanhada por uma grande dose de desprezo pelos padrões passados de vida, que eram considerados "orientais", atrasados e bárbaros. A nova elite, em particular, queria que as capitais se assemelhassem a Paris, Viena, Londres e Munique. No início do século XIX, Atenas, Bucareste, Sofia e Belgrado eram cidades provinciais; os grandes centros balcânicos eram Constantinopla e Tessalônica. Mudanças, no entanto, logo seriam feitas. Uma vez que um estado nacional foi estabelecido, o novo governo teve que ser abrigado. A nação tinha que fornecer

⁶⁵ JELAVICH, Barbara. *History of the Balkans – 18th and 19th Centuries*. p. 192, 1983

⁶⁶ JELAVICH, Barbara. *History of the Balkans – 18th and 19th Centuries*. p. 192, 1983

⁶⁷ *Idem*, p. 192

⁶⁸ *Ibidem*, p. 200

palácios para seus príncipes, escritórios para a burocracia e um grande prédio para as assembleias nacionais.⁶⁹

Nas capitais dos Balcãs, embora a maioria da população vivesse em áreas rurais, tornaram-se os centros da vida nacional. Eles eram os assentos das administrações centralizadas e de todas as universidades e instituições de ensino superior. Seus habitantes tinham um nível de alfabetização muito acima da média nacional. A maioria dos livros, jornais e revistas foram publicados nas capitais. Seus habitantes também desfrutavam de um padrão de vida muito mais alto do que a maioria do resto do país.

Quando inicia-se a modernização da vida urbana as grandes cidades dos Balcãs não ficaram muito atrás da Europa Ocidental. Essas melhorias incluíram o fornecimento de água pura; sistemas de esgotos; polícia e proteção contra incêndios; melhor comunicação, incluindo estradas pavimentadas e bondes; e, finalmente, gás e iluminação elétrica. Bucareste tinha esgotos e água corrente na década de 1880, Belgrado e Sofia na primeira década do século XX. Bucareste adquiriu bondes em 1871, passando então para bondes elétricos em 1894. Uma companhia belga construiu linhas semelhantes em Belgrado e Sofia e em 1914 todas essas cidades tinham iluminação elétrica.⁷⁰

Essas extensas inovações foram financiadas pelo estado ou pelos municípios, geralmente com fundos emprestados no exterior. Os custos relacionados com estes empréstimos eram altos. Além disso, a carga tributária para melhorias geralmente aqueles que não estavam em posição de apreciar seus benefícios. Muitas das vantagens eram aproveitadas quase exclusivamente pelos setores privilegiados da sociedade. Por exemplo, as tarifas de bonde eram tão altas em Bucareste e Sofia que um trabalhador poderia usá-los apenas irregularmente. A iluminação das ruas no centro de uma cidade era uma conveniência desfrutada por uma minoria da população. Com essas mudanças nos estilos de vida, a separação entre a cidade e os países tornou-se cada vez mais pronunciado. A população da cidade, possuindo o poder político e as vantagens econômicas, viveu, vestiu, falou, e pensou de maneira diferente daquela maioria camponesa e sempre mais perto da classe social equivalente na Europa Ocidental.

Os sistemas administrativos centralizados e o uso da polícia para controlar as eleições garantiram que as cidades dominassem o campo. Enquanto isso, a vida

⁶⁹ *Ibidem*, p. 203

⁷⁰ JELAVICH, Barbara. *History of The Balkans*, vol. 2, p. 48, 1983

camponesa não estava melhorando. Não ocorreram grandes avanços na alimentação, moradia ou educação. O indivíduo, morador da região mais afastada dos centros, se afastava cada vez mais de uma participação política.

3.2. Sérvia (Estudo de caso)

O pashalik⁷¹ de Belgrado, foi o primeiro centro de uma revolução nacional balcânica de sucesso. Esta província fronteiriça continha uma população de cerca de 368.000 habitantes antes de 1804 e é lembrado por ter enviado esforços para o conflito entre o Império Habsburgo e o Império Otomano, conflito este que foi concluído pelo Tratado de Sistova em 1791. Apesar do esforço de guerra realizado por Belgrado (que lutou pelo lado austríaco), os sérvios não obtiveram vantagens no acordo de paz. A desilusão geral subsequente prevaleceu sobre a esperança de lucrar com a cooperação com a monarquia. O objetivo da liderança sérvia neste momento tornou-se reestabelecer a paz e a segurança no campo e alcançar, se possível, o reconhecimento pela Porte de determinados órgãos autônomos locais.

Ao mesmo tempo, o sultão Selim III preocupava-se com as recorrentes situações de conflitos internos e nas fronteiras. Além de ter sido derrotado por exércitos estrangeiros, seu governo era continuamente desafiados por ayans e janízaros rebeldes. Foi certamente seu interesse em conciliar seus súditos cristãos resultando na emissão de *firmans*⁷² em 1791, 1792 e 1794 nas quais ele cede a muitos dos desejos sérvios como, por exemplo, melhor definição entre a relação da porte com a população sérvia, e a emissão e garantia de alguns direitos autônomos. Desta forma, os sérvios poderiam cobrar seus impostos, teriam direito ao porte de armas e à organização de uma milícia ao mesmo tempo que foram dadas garantias de que medidas seriam tomadas para limitar a abusos nas posses de terra nos chiftliks.

Além disso, o sultão nomeou para posições locais homens aos quais foi dada a tarefa de conciliar os sérvios e suprimir os elementos indisciplinados. Deve ser lembrado que neste momento a Porte, sob pressão russa, fez promessas semelhantes de direitos

⁷¹ Pequenas províncias/unidades administrativas do Império otomano

⁷² Espécie de decreto real emitido pelo soberano Otomano

autônomos aos principados. A grave fraqueza desse arranjo era que a porte não estava em condições de cumprir suas promessas. O elemento não definido nos assuntos sérvios era, como em outros lugares, o corpo de janízaros. O governo otomano já havia adotado uma política de envio desses homens para as províncias para removê-los como fonte de problemas em Constantinopla.

Nas terras sérvias, como em outras áreas, elas se mostraram impossíveis de controlar pelas autoridades otomanas locais. Tornaram-se uma ameaça no campo, onde conquistaram terras e aldeias e estabeleceram propriedades chiftlik nas quais as condições eram muito piores para os camponeses do que para os proprietários de terras tradicionais. As ações janízaros opunham-se fortemente não apenas aos cristãos, mas também pelos muçulmanos, funcionários do governo e comerciantes. Em 1791, como parte das reformas a serem feitas no pashalik, o governo otomano decidiu que os janízaros seriam impedidos de retornar para Belgrado. O exército Habsburgo havia ocupado a cidade até o final da guerra, por isso, à época não havia naturalmente nenhum janízaro com cargos na cidade.

O começo da revolta sérvia foi ocasionada pelos planos de massacre dos líderes sérvios por parte do governo central otomano. Desta forma, os janízaros decidem agir primeiro e, durante janeiro e fevereiro, eles mataram talvez até 150. A população sérvia foi assim forçada a tomar medidas de autodefesa. Inicialmente não havia liderança central; a revolta tomou a forma de uma resposta espontânea às atrocidades dos janízaros. Como sempre, em fevereiro, cerca de trezentos notáveis se reuniram em Orašac, na Central Sumadija, e escolheram Karadjordje como seu líder. (JELAVICH, p. 203, 2005)

Embora os sérvios estivessem em revolta, seus principais objetivos permaneceram consistentes durante este primeiro período de rebelião. Procuravam simplesmente a implementação dos *firmans* que Selim já havia concedido, e assim apenas desejavam que a Porte lhes assegurasse o cumprimento das promessas já feitas. Seu objetivo era livrar sua terra dos dahis, não para obter independência, embora os firmans, se colocados em prática, realmente tivessem dado muitos direitos autônomos.

Os recursos sérvios estavam chegando ao ponto de esgotamento. As constantes lutas desde 1804 haviam deixado o país sem maiores meios de resistência. A Rússia estava totalmente ocupada com a invasão francesa. O governo otomano viu que tinha a oportunidade de resolver a questão sérvia e convergiu seus soldados mais próximos para a Sérvia. Quatro dias depois, o exército otomano reocupou Belgrado, de onde fora expulso

em 1806. A primeira revolução sérvia chegou ao fim. Uma vez de posse do pashalik, a Porte tentou, a princípio, uma política de conciliação. Eles tinham um grande interesse em garantir condições pacíficas. Uma anistia geral foi emitida e muitos emigrantes retornaram das terras austríacas.

Mapa 2 - Expansão Sérvia 1817-1913⁷³



O que as terras sérvias precisavam neste tempo de perigo era um forte governo central que poderia organizar o território para a vitória. Os elites locais, no entanto, foram

⁷³ Fonte: JELAVICH, Barbara. History of The Balkans – Eighteenth and Nineteenth Centuries, p. 194, 1983

mais relutantes em entregar qualquer poder a um dos seus ou para aceitar uma posição secundária no governo. Eles ainda mantinha uma posição para se fazer ouvir e a revolução estava sendo travada não por um exército regular, mas por soldados camponeses liderados por seus líderes locais. A atitude da elite era ser de oposição a qualquer transferência de autoridade para um regime central ao qual eles e seus adeptos não podiam controlar. Eles procuraram meios de atar as mãos dos líderes, assegurando assim que não ganhasse poderes ditatoriais. Como nós vimos, em toda a história dos Balcãs, a aristocracia local tinha consistentemente se oposto à um Estado centralizado

Na segunda tentativa de revolução, após onze anos de atividade revolucionária cederam aos sérvios muitos direitos autônomos e um príncipe nativo. A conquista deste objetivo não foi fácil. As fortunas sérvias estavam intimamente ligadas ao fluxo econômico e político otomano, e repetidas tentativas de obter apoio Habsburgo ou russo foram realizadas. A revolução sérvia foi um acontecimento menor da época; ocorreu em uma região remota, distante dos centros de poder europeus. Em contrapartida, a segunda revolução nacional dos Balcãs, a dos gregos, causou a grande diplomacia europeia conflito da terceira década do século

Travou-se uma luta complexa, envolvendo as duas potências e os Sérvios. Em 1817, um príncipe sérvio estabelece o poder hereditário e, dessa data em diante, a Sérvia tornou-se efetivamente um Estado independente dos Otomanos. Só em 1878 é que viria a sê-lo legalmente, em resultado do Congresso de Berlim. Num certo sentido, este padrão foi inverso ao das conquistas otomanas, passando-se da governação direta para a vassalagem e daí para a independência. Outras perdas resultavam da habitual guerra com a Rússia, ao cabo das quais se firmava um acordo formal, conforme o ilustra o Tratado de Bucareste de 1812, que reconhecia a perda da Bessarábia. (QUATAERT, p.67, 2005)

Porém, a Sérvia se mostra como um interessante estudo de caso onde podem ser analisados os conflitos internos entre as elites otomanas, principalmente a proveniente da área militar com o governo central do Império e como este possuía grandes dificuldades de gerenciamento sobre o vasto território e sobre influência de potências externas.

3.3. As potências européias e a Questão Oriental

A história dos Balcãs pode ser analisada com a perspectiva a nível nacional como a nível internacional. A primeira perspectiva diz respeito ao surgimento e

desenvolvimento de nações e suas relações entre si, enquanto o segundo diz respeito suas relações com o mundo exterior. De acordo com essa segunda perspectiva, cada unidade se torna um mero peão no jogo interestatal que veio a ser conhecido como a “Questão Oriental”.

Questão Oriental é uma expressão utilizada para indicar os problemas criados pelo declínio e dissolução gradual do Império Otomano, persistindo por cerca de um século e meio como um problema diplomático duradouro e complicado. A situação foi ainda mais agravada pela necessidade urgente de produzir uma solução rápida para o que seria do Império Otomano e como dividir as terras otomanas entre as grandes potências. Quanto mais aumentava os interesses econômicos e estratégicos das Grandes Potências sob o império mais as rivalidades que se seguiram tornaram-se visíveis, e, mais precisamente, a Questão Oriental estabeleceu-se como prioridade na agenda das relações internacionais. Os Bálcãs, desta forma se apresentam como uma parte vital da Questão Oriental estando extremamente interconectados. A partir de meados do século XIX até o início da Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano enfrentou múltiplas crises, a maioria das quais resultou na perda de território e de súditos.

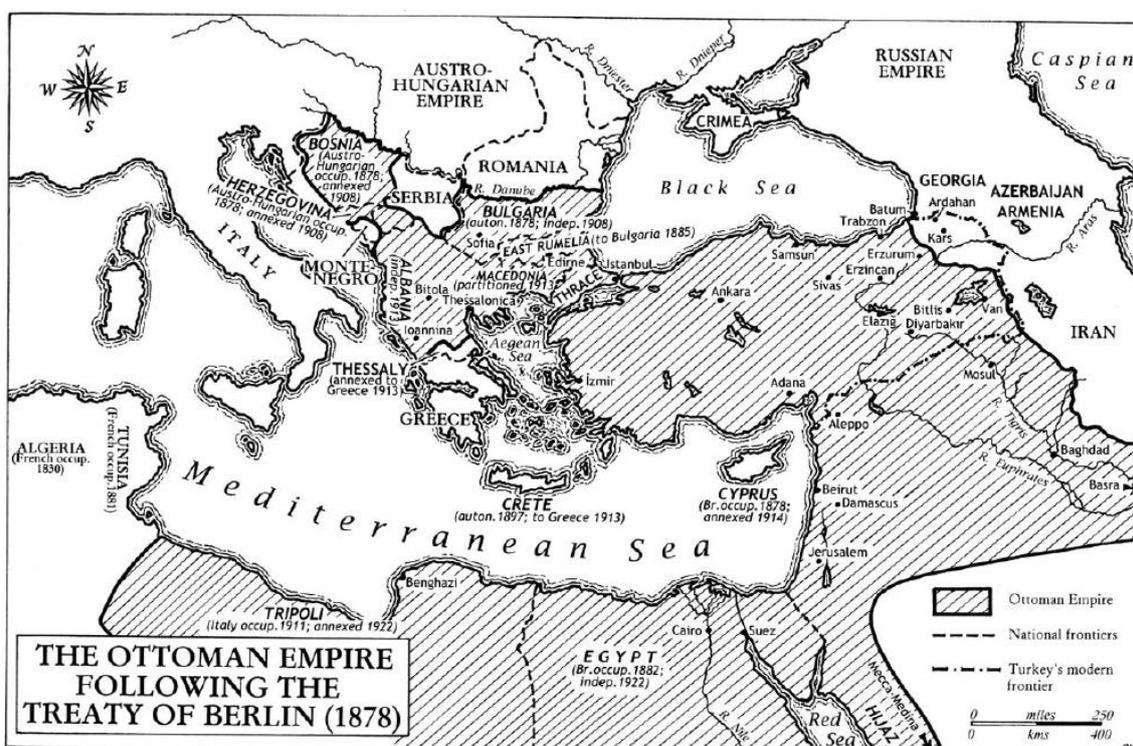
Num grau considerável, a diplomacia balcânica após 1878 girou em torno da questão de como a Macedônia deveria ser dividida entre os três países vizinhos: Bulgária, Grécia e Sérvia. Embora o ano de 1878 seja geralmente reconhecido como o início dos problemas, a questão sobre a Macedônia surgiu em 1870. Essa medida rapidamente colocou a Bulgária em conflito, tanto com Grécia como com a Sérvia. Da mesma forma, o governo sérvio, ainda nominalmente sujeito do sultão, queixou-se da decisão dos otomanos por meio de canais diplomáticos e também tentou resistir à influência búlgara na Macedônia. Desta forma inicia-se uma tríplice disputa sobre a Macedônia

A Bulgária é escolhida devido à sua proximidade geográfica com a Rússia e, juntamente com a Sérvia, constituiu o principal instrumento da Rússia em exercer influência nos Bálcãs através de apoio do "povo eslavo oprimido". Outros consideram a raiz do problema no Tratado de San Stefano de 1878, em que a Rússia exigiu a anexação de todos os eslavos da Macedônia pela Bulgária. Por sua vez, os búlgaros culpam a subsequente Tratado de Berlim, através do qual as grandes potências retiraram a Macedônia da Bulgária. Essa visão é condizente com os resultados do Tratado, visto que logo após sua ratificação as seis potências do Congresso de Berlim adquiriram o direito

de intervir em questões relativas à Macedônia a fim de supervisionar a aplicação da política de reformas das grandes potências como ocorreu ao final da Guerra Turco-Russa de 1877-1878.

Após a derrota do exército otomano, a ameaça russa à Istambul era iminente. O governo otomano acaba vendo-se sem opções a não ser assinar o Tratado de San Stefano, em 1878, que dava à Bulgária enormes fronteiras. A guerra e o Tratado de Berlim a que se segue, possui implicações sociais e políticas para o Império, principalmente por não seguir fronteiras naturais bem como rotas de comércio além de reformular as possessões otomanas dos Bálcãs de tal forma que já não era militarmente viável para o Império defendê-los contra agressão estrangeira ou insurreição interna.⁷⁴

Mapa 3 - O Império Otomano após o Tratado de Berlim (1878)



A segunda preocupação foi a crescente interferência do Ocidente nos conflitos domésticos do império e os possíveis perigos que poderiam se seguir. A terceira questão foi o crescimento da oposição muçulmana aos projetos de reforma. Entre as grandes potências, a Rússia e a Áustria-Hungria estavam diretamente interessadas nos Bálcãs, mas

⁷⁴ MYUHTAR-MAY, Fatme. War and nationalism: The Balkan Wars, p. 337

seus interesses entraram em conflito. O czar russo, o qual proclamou-se o protetor natural de todos os eslavos, tentou estabelecer o domínio da Rússia sobre os Balcãs, apoiando as reivindicações dos eslavos contra a autoridade central otomana. O principal objetivo por trás da política russa era se expandir para o sul em direção ao Mar Negro, a fim de controlar os Estreitos – importante passagem estratégica entre os Balcãs e a Ásia - enfraquecendo os otomanos na região.

Por outro lado, a política do Império Austro-Húngaro era garantir terras nos Balcãs à custa do Império Otomano. A Áustria-Hungria, como protetora oficial dos católicos na península, exercia o direito de administrar a Bósnia e Herzegovina, duas províncias otomanas além de manter uma guarnição no Sanjak de Novi Pazar desde 1878⁷⁵. Os austro-húngaros tinham como principal objetivo evitar que a influência russa se espalhasse nos Balcãs e no Mediterrâneo. Por sua parte, o chanceler alemão Bismarck estava preocupado com a rivalidade austro-russa nos Balcãs e apoiou a Áustria-Hungria a fim de defender a integridade do Império Habsburgo. As iniciativas apoiadas pela Alemanha seguiram até o Congresso de Berlim em 1878, no qual o seu interesse no Império Otomano tornou-se visível e começou a crescer rapidamente.

Já fortemente envolvida na política interna otomana, a Alemanha se opunha oficialmente a uma guerra contra o Império. Vendo a inevitabilidade da desintegração otomana, no entanto, a Alemanha começa a sugerir a substituição da atual área dos Balcãs por uma “grande Bulgária”, mais amigável, com suas fronteiras de San Stefano. A Grã-Bretanha, apesar de oficialmente um firme defensor da integridade territorial do Império Otomano, deu passos diplomáticos secretos encorajando os gregos a combater a influência russa.

Logo após esta declaração, a Grã-Bretanha assume uma postura cautelosa em relação à Questão Oriental. Sua principal área de interesse - como potência naval – eram os Estreitos, possibilitando um caminho para Índia, Egito, Basra e África. Justamente por este interesse que Grã-Bretanha e a Áustria foram as duas potências que se opuseram ao estabelecimento do domínio eslavo e à crescente influência russa sobre as partes orientais do Império Otomano.

⁷⁵ MYUHTAR-MAY, Fatme. War and nationalism: The Balkan Wars, p. 352

Sobre essa questão, a França seguiu uma política a favor de manter o *status quo* devido ao medo de que a região pudesse cair sob o controle completo da Áustria-Hungria e da Rússia. Ao longo do século XIX as potências aceleraram seus esforços, debruçando-se sobre os assuntos do Império Otomano formulando suas políticas para libertar o "povo oprimido" alegadamente em nome das razões humanitárias e religiosas.

Um novo mapa foi desenhado. A questão oriental estava fora do caminho. Como observado, foi tudo sobre a fronteira ocidental da Turquia e acabar com o poder de Otto. Para concluir, a Questão Oriental e as Guerras dos Bálcãs estão interligadas e devem ser tratadas em conjunto. O choque de interesses entre as grandes potências foi fortemente estimulado pela ideia de que o Oriente A questão seria resolvida de uma vez por todas através da partição do Império Otomano e que as Guerras dos Balcãs ofereciam um caminho para o conseguir.

Com a perda de todas as possessões otomanas nos Bálcãs, a parte inicial da solução da Questão Oriental foi alcançada com sucesso. Tendo sua finalização com a destruição total do Império Otomano ao final da Primeira Guerra Mundial. O despertar da consciência nacional entre os povos dos Bálcãs e a exploração deste sentimento pelas grandes potências à sua vantagem a fim de garantir os seus interesses na região também agravou a situação já complexa na região. O Tratado de Berlim é demonstrativo do poder europeu na fase final do século XIX; a Europa foi capaz de impor ao mundo os seus desígnios, redesenhando o mapa do globo e decidindo o destino de povos e nações com aparente impunidade

A Questão Oriental, que explodiu com a Guerra Russo-Otomana de 1877-78, continuou com as Guerras dos Bálcãs de 1912-13, e chegou ao fim com a Primeira Guerra Mundial, tendo sua resolução através da perda dos Bálcãs pelos otomanos. Com a apresentação do Tratado de Sèvres para o governo otomano logo após a Primeira Guerra Mundial, as Grandes Potências finalmente chegam a uma solução para a Questão Oriental. A destruição total do império foi completada com a partilha dos terrenos da Anatólia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incorporação do Império otomano na economia mundial durante o século XIX ocorreu sob condições de rivalidade inter-imperialista. Como forma de investigar esta afirmação e os aspectos econômicos desta rivalidade é necessário o exame sobre os bens e capitais compartilhados das Grandes Potências com o Império otomano relativos ao comércio exterior e ao investimento externos.

Como resultado, a abertura da economia otomana durante o século XIX para comércio e investimento não foi proveniente de uma aliança entre donos de terra locais e mercadores de um lado em conjunto com o capital europeu, por outro lado. Ao invés disso, a burocracia central prestou um importante papel neste processo, dessa forma em cada etapa do processo de interesse europeu foi forçada uma adaptação aos termos e exigências da burocracia central. Além disso, justamente devido à esta certa rigidez burocrática em conjunto com a balança internacional de forças, nenhuma potência europeia conseguiu absorver por inteira a cadeia produtiva otomana, impedindo que este se transformasse estritamente em uma colônia, mantendo uma certa distância da esfera de influência europeia.

Os métodos de penetração europeia na economia otomana também variam e forma. A maior parte do investimento britânico que chega no Império aparece por meio de condições de hegemonia britânica quando a *Pax britannica* e os princípios do tratado de livre comércio prevaleciam. Por outro lado, os investimentos alemães foram realizados à mesma época que a rivalidade inter-imperialista estava em ascensão. Investidores alemães, por sua vez, tiveram que se beneficiar e se basear muito mais em um aparato estatal próprio do que os investidores britânicos.

Estes detalhes e diferenças econômicas se mostraram de grande valor quando é realizada a pesquisa as razões por trás dos níveis de investimento externo e sua possível influência no comportamento político do Império. Desta forma, analisamos que a entrada de capital externo no Império Otomano ocorre de formas distintas, pressionando para que sua influência aumente dentro da burocracia otomana e influenciando na balança de pagamentos e na dependência de capital externo.

Esta inserção de capitais externos, quando não é corretamente fiscalizada e não está associada à um controle das elites nacionais apresenta grande caráter influenciador nos interesses internos que, associados à uma não modernização econômica pode apresentar resultados graves para o Império.

BIBLIOGRAFIA

- CURTO, Diogo, DOMINGOS, Nuno & JERONIMO, Miguel. **A Europa e a Ásia: histórias e historiografias comparadas.** In: *Revista Ouro Preto*. nº 15, agosto/2014. 20p
- DEMIR, Firat, KABOUB, Fadhel. “**Economic Development and the Fabrications of the Middle East as a Eurocentric Project.** In: *The Challenge of Eurocentrism*. Palgrave Macmillan US, 2009.
- FAROQUI, Surayia N., FLEET, Kate [eds]. **The Ottoman Empire as a World Power, 1453-1603**, Vol 2. Cambridge University Press
- FAROQUI, Surayia. **The Later Ottoman Empire, 1603-1839**, Vol 3. Cambridge University Press, 2009
- GLENNY, Misha. **The Balkans: Nationalism, War and Great Powers 1804 - 2012**, 1999, p.379
- HOURANI, Albert. **The Emergence Of The Modern Middle East.** Berkeley: University of California Press, 1981. 259p
- JELAVICH, Barbara. **History of the Balkans: 18th and 19th Centuries.** Cambridge University Press, 1983. 400p _____. **History of the Balkans: 20th Century.** Cambridge University Press, 1983. 460p
- KASABA, Resat. **Turkey in the Modern World, Vol 4.** Cambridge University Press, 2009
- NAYYAR, Deepak. **A Corrida pelo Crescimento.** Contraponto, 2014. 325p.
- PAMUK, Sevket. **The Ottoman Empire and European Capitalism, 1820-1913 – Trade, investment and production.** Cambridge University Press, 1987 (2010), 277p.
- POMERANZ, Kenneth. **The Great Divergence: China, Europe, and the Making of the Modern World Economy.** Princeton University Press, 2000
- QUATAERT, Donald. **The Ottoman Empire, 1700-1922.** Cambridge University Press, 2005, 237p

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. **A Guerra da Iugoslávia**: uma década de crises nos Balcãs. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

ALIEV, Farkhad. The Caucasus Through The Eurasian Prism. **Central Asia And The Caucasus Journal**, No. 1(31), 2005

APOSTOLOVA, Maria Stefanova. “Iugoslávia: crônica de uma crise” In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, 1994, vol.37, n.1, 23p.

ARAUJO, Rodrigo Ulhoa Cintra de. “**Sobre causas do desmembramento da Federação Iugoslava**”. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 404p

BACEVICH, A. J. **American empire**. Cambridge: Harvard University Press , 2002. 312p

CALLINICOS, A. **Imperialism and Global Political Economy**. Polity, 2009. 288p

_____. “Does capitalism need the state system?” In: **Cambridge Review of International Affairs**, v.20, n.4. Londres: Routledge, 2007. p.533-549

CHOMSKY, N. *Uma nova geração define o limite*. Rio de Janeiro: Record, 2003. 176p

DEMIR, Firat, KABOUB, Fadhel. “Economic Development and the Fabrications of the Middle East as a Eurocentric Project. In: *The Challenge of Eurocentrism*. Palgrave Macmillan US, 2009.

FAROQUI, Surayia N., FLEET, Kate [eds]. *The Ottoman Empire as a World Power, 1453-1603, Vol 2*. Cambridge University Press

FAROQUI, Surayia. *The Later Ottoman Empire, 1603-1839, Vol 3*. Cambridge University Press, 2009

FIORI, J. L. “O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites”. ____ In: (Org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2001. p.9-35.

FIORI, J.L.; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record, 2008. 277p

FIORI, Luís. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. 492p

FLEET, Kate [ed.]. *The Cambridge History of Turkey, Vol 1: Bizantium to Turkey 1071-1453*. Cambridge University Press, 2009. 543p.

GLENNY, Misha. *The Balkans: Nationalism, War and Great Powers 1804 - 2012*, 1999, p.379

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

HOBBSAWN, Eric. *Nações e Nacionalismos desde 1780*: Paz e Terra, 2013. 280p

HOURANI, Albert. *The Emergence Of The Modern Middle East*. Berkeley: University of California Press, 1981. 259p

HUDSON, Kate. *Breaking the South Slav Dream: The Rise and Fall of Yugoslavia*, 2003, p.37

IVEKOVIC, Ivan. *O drama iugoslavo*. Novos Estudos CEBRAP, n. 47. Rio de Janeiro, 1997.

JELAVICH, Barbara. *History of the Balkans: 18th and 19th Centuries*. Cambridge University Press, 1983. 400p

_____. *History of the Balkans: 20th Century*. Cambridge University Press, 1983. 460p

JOVANOVIC, Aleksandar. *À Sombra do Quarto Crescente*. São Paulo: Hucitec, 1995. 271p

JUDAH, Tim. *The Serbs: History, Myth and the Destruction of Yugoslavia*. New Haven: Yale University Press. 1997.

KALDOR, Mary (1999). *New and old wars: organized violence in a global era*. Stanford: Stanford University Press, 1999. 206p

KASABA, Resat. *Turkey in the Modern World*, Vol 4. Cambridge University Press, 2009.

KING, Charles. *The Ghost of Freedom: A History of The Caucasus*. Oxford University Press, Nova York, 2008.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva, 2012. 859p

NYE, Joseph. *O Paradoxo do Poder Americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: UNESP, 2002. 293p

PADRÓS, Enrique Serra. Kosovo: a desintegração do mosaico iugoslavo. In: *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.27, n. 2, p. 137-150, 1999.

PANITCH, L.; GINDIN, S. *The Making of Global Capitalism: The Political Economy of American Empire*. Londres: Verso, 2013. 464p

QUATAERT, Donald. *The Ottoman Empire, 1700-1922*. Cambridge University Press, 2005, 237p

RODHAN, N., HERD, G. & WATANABE, L. *Critical Turning Points in The Middle East 1915-2015*. Nova York, Palgrave Macmillan, 2011.

SAID, Edward. *Orientalism: Western Conceptions of The Orient*. Penguin Books, 1985.

SANTOS, Marcelo. “A supremacia dos EUA no pós-guerra fria”. In: *Revista Perspectivas*. São Paulo, v.29, 2006. p.37-66

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. “Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)” In: *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2008. p. 327-332

SEVERO, Marília. *Determinantes sistêmicos na criação e na dissolução da Iugoslávia*, 2011, 193p.

SIMPFENDORFER, Bem. *The New Silk Road: How a Rising Arab World is Turning Away From the West and Rediscovering China*. London: Palgrave Macmillan. 209p.

SOARES, Jurandir. *Iugoslávia: Guerra civil e desintegração*. Porto Alegre: Editora Novo Século, 1999.

SPRUYT, Hendrik. “War, Trade and State Formation” In.: BOIX, Carles & STOKES, Susan. [eds]. *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007

TAVARES, M. C. “A retomada da hegemonia norte-americana.” In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. p.27-53

THOMAS, Nigel; MIKULAN, K. *The Yugoslav Wars (1)*. Great Britain: Osprey, 2006

THOMAS, Nigel; MIKULAN, K. *The Yugoslav Wars (2)*. Great Britain: Osprey, 2006.

TILLY, Charles. “Western State Making and Theories of Political Transformation”, in C. Tilly (ed.), *The Formation of National State in Western Europe*. Princeton, NJ, Princeton University Press, 1975.

TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus: 990 – 1992*. São Paulo: Edusp, 1996.

TREIN, Franklin. “Uma ideia de Europa” In: *Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p.135-154

WALLERSTEIN, I. *O declínio do poder americano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 315p

_____. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004. 128p

WOODWARD, Susan. *Balkan Tragedy – Chaos and Dissolution after the Cold War*. The Brookings Institution, Washington DC.